



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 055

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE JUNHO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Dobrandino da Silva</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Cida Borghetti</i>
<i>PT</i>	<i>Tadeu Veneri</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Waldir Leite</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 01: Luiz Carlos Martins.

DIÁRIO Nº 055

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão Ordinária 02

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios 06

Requerimentos 08

Projetos de Lei 13

Pequeno Expediente:

Dep. Barbosa Neto 21

Dep. José Domingos Scarpellini 22

Dep. Elza Correia 22

Dep. Neivo Beraldin 23

Grande Expediente (Reservado à

TV Bandeirantes Curitiba):

Sr. José Willie
(Jornalista e Apresentador) 24

Dep. Neivo Beraldin 25

Dep. José Domingos Scarpellini 26

Dep. Augustinho Zucchi 26

Dep. Elza Correia 27

Dep. Elio Rusch 27

Dep. Natálio Stica 28

Dep. Plauto Miró Guimarães 28

Dep. Nelson Justus 29

Dep. Marcos Isfer 29

Sr. Adherbal Fortes Sá Júnior
(Diretor Geral TV Bandeirantes) ... 30

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT:
Dep. Augustinho Zucchi 30

Liderança do PFL:
Dep. Plauto Miró Guimarães 31

Liderança do PT:
Dep. Tadeu Veneri 32

Liderança do PSDB:
Dep. Ademar Traiano 34

Liderança do Governo:
Dep. Dobrandino da Silva 35

Liderança da Oposição:

Dep. Valdir Rossoni 37

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 38

Discussão / Votação 38

Discussão Única (Proposições) .. 38

3ª Discussão 39

2ª Discussão 41

1ª Discussão 41

Requerimentos 43

Explicações Pessoais:

Dep. José Domingos Scarpellini 44

Encerramento da Sessão Ordinária 46

Publicações:

Diretoria Geral 46

Portarias 46

054ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 054ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2005

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,
secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e
Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz

Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (47). Achando-se ausentes a Sra. Deputada Arlete Caramês e os Srs. Deputados: Carlos Simões, Chico Noroeste e Luiz Accorsi (04). Achando-se em viagem representativa a Sra. Deputada Luciana Rafagnini e os Srs. Deputados: Padre Paulo Campos e Rafael Greca (03).

Abertura da Sessão Ordinária:

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 024/2005

Curitiba, 01 de junho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, à Escola Maternal Annete Macedo, do imóvel localizado à Rua Vicente Machado, nº 589, nesta Capital, constituído de lote de terreno com 815,00m² (oitocentos e quinze metros quadrados), contendo área edificada de 350,00m² (trezentos e cinquenta metros quadrados), objeto da Transcrição sob nº 54.078, Livro 3-BA, da 6ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

O plano de lei ora proposto, consulta plenamente aos superiores interesses públicos, tendo em vista que a Cessionária deverá, conforme dispositivo expressamente contido no texto da medida, utilizar o imóvel em referência, exclusivamente, no desenvolvimento de atividades específicas de atendimento a crianças carentes, do berçário ao jardim de infância, estando também prevista a retomada de tal bem, caso haja desvirtuamento de utilização.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero

a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar cessão de uso, à Escola Maternal Annete Macedo, do imóvel localizado à Rua Vicente Machado, nº 589, nesta Capital, constituído de lote de terreno com 815,00m², contendo área edificada de 350,00m², conforme Transcrição das Transmissões sob nº 54.078, Livro 3-BA, da 6ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

Art. 2º No referido imóvel, a Instituição deverá, exclusivamente, desenvolver as atividades específicas de atendimento a crianças carentes do berçário ao jardim de infância, podendo o Estado retomar o bem a qualquer momento, caracteriza o desvirtuamento do mencionado objetivo.

Art. 3º. A presente seção terá vigência até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 025/2005

Curitiba, 01 de junho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, a fim de proporcionar condições organizacionais e administrativas no sentido de que a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA exerça funcionalmente as atribuições a ela cometidas pelo Decreto nº 1.651, de 4 de agosto de 2003.

O plano de lei em referência consubstancia o resultado de estudos feitos pela Comissão Especial mencionada no aludido Decreto nº 1651/2003, os quais foram por mim aprovados (Prot. nº 8.090.296-4). No referido protocolado consta a adiante transcrita justificativa, onde estão contidos com o necessário detalhamento, aspectos de conveniência e oportunidade de que se reveste a medida.

“Houve por bem o Poder Executivo, por orientação do Sr. Governador a esta Secretaria, proceder a estudos para alteração da Legislação em vigor, resgatando a participação e a coordenação do Poder Público na gestão dos recursos Hídricos de nosso Estado. Ainda em 2003, o Decreto nº 1651/2003 estabeleceu que caberia à

SUDERHSA, assumir as competências de Agências de Bacia, na implementação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e, portanto, não mais delegando tais competências às Unidades Executivas Descentralizadas, na forma de Associação de Usuários.

Com efeito, o Decreto nº 1651, de 04 de agosto de 2003, em seu art. 2º, conforme abaixo, resolve:

“Art. 2º Atribuir à SUDERHSA, até deliberação em contrário, nos termos da cláusula sexta, inciso II, alínea “b”, do Convênio de Integração de nº 21/2001, celebrado entre a ANA e o Estado do Paraná e do art. 59, parágrafo único, da Lei Estadual nº 12.726/99, as funções previstas no seu art. 33, inciso IV.

§ 1º. Caberá à SUDERHSA promover estudos para a sua reestruturação organizacional e administrativa, sob a supervisão da Comissão instituída pela Resolução Conjunta SEMA/SEPL/SEFA/PGE de nº -002/2003 e da Procuradoria Geral do Estado, que se manifestará formalmente a respeito, com vistas à assunção definitiva das competências inerentes às agências de água e à implementação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos”.

A Comissão instituída promoveu os estudos necessários e propôs sob a forma de alteração do Decreto de Organização da SUDERHSA, a incorporação na estrutura organizacional da SUDERHSA de nova Diretoria, que denominamos de Diretoria Operacional das Águas e Agências de Bacia Hidrográfica vinculada a esta Diretoria.

A Diretoria Operacional das Águas será a unidade responsável pelo apoio à implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e pelo suporte ao funcionamento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, atuando na coordenação das atividades das Agências de Bacia Hidrográfica, bem como pela coordenação do Plano Estadual de Recursos Hídricos e apoio e suporte estratégico na elaboração dos Planos de Bacia Hidrográfica.

As Agências de Bacia Hidrográfica, que exercerão as funções de Secretaria Executiva dos Comitês de Bacia Hidrográfica, e terão como principais atividades aquelas previstas na Lei Estadual 12.726/99, art. 41, no que diz respeito às Unidades Executivas Descentralizadas, quais sejam:

A coordenação da elaboração e encaminhamento do Plano de Bacia Hidrográfica ou Comitês de Bacia Hidrográfica, para aprovação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica ou Comitês de Bacia Hidrográfica;

A manutenção do cadastro de usuários de recursos hídricos;

A coordenação da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos na sua área de atuação;

A proposição ao respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, dos valores a serem cobrados pelo direito de uso dos recursos hídricos, do plano de aplicação dos recursos disponíveis, com destaque para os valores arrecadados com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos, do rateio de custo das obras de uso múltiplo, de

interesse comum ou coletivo, e do enquadramento dos cursos d'água.

Essa proposta de assunção definitiva pela SUDERHSA das competências inerentes às Agências de Bacia Hidrográfica, prevista no Decreto nº 1651/2003, através da incorporação na estrutura da SUDERHSA da Diretoria e Agências mencionadas, foram apresentados e aprovados pelos Comitês de Bacia Hidrográfica então legalmente instituídas, em reunião realizada no dia 17 de novembro de 2003. Essa proposta foi também, apresentada às Mesas Diretoras Provisórias das Bacias do Paranapanema III, Paranapanema IV, Piquiri e Médio Iguaçu, em reunião realizada no dia 09 de dezembro de 2003 e, por fim, encaminhada para deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/PR na 5ª Reunião Ordinária do CERH/PR, na data de 19 de maio de 2004, e aprovada por unanimidade.

A proposta de incorporação destas funções pela SUDERHSA foi encaminhada à Casa Civil, através de Minuta de Decreto de Regulamento da SUDERHSA, sob protocolo nº 5923625-3, já devidamente analisada pela Procuradoria Geral do Estado e pela Secretaria de Estado do Planejamento.

Em função dessa decisão de Governo de delegar à SUDERHSA as competências já devidamente mencionadas, há necessidade de se propor alterações na Lei Estadual de Recursos Hídricos, de nº 12.726/99, em especial no que se refere às Agências de Bacia Hidrográfica, que nesta Lei eram preferencialmente delegadas às Associações de Usuários de Recursos Hídricos ou aos Consórcios Intermunicipais e Bacias Hidrográficas, e que deverão ficar a cargo da SUDERHSA.

Portanto, a presente minuta de alteração de projeto de lei anexada a essa exposição de motivos, visa tão somente restabelecer a coordenação da gestão de recursos hídricos junto ao Poder Público.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O inciso II, do artigo 2º, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - a água é um patrimônio natural limitado dotado de valor econômico, social e ambiental.”

Art. 2º O parágrafo 2º, do artigo 22, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) terá como gestora a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento

Ambiental - SUDERHSA, na qualidade de órgão executivo e de coordenação central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) e como agente financeiro instituição financeira oficial, incumbindo-se a Secretaria de Estado da Fazenda da supervisão financeira de ambos, e incumbindo-se o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) de realizar o controle social sobre a aplicação dos recursos.”

Art. 3º Fica revogado o § 3º, do artigo 22, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999.

Art. 4º As alíneas “a” e “b”, do § 4º, do artigo 22, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação:

“a - O financiamento de estudos, programas, projetos e obras, incluindo no Plano de bacia Hidrográfica, bem como, o pagamento de despesas de monitoramento dos corpos de água;

b - O pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgão e entidades integrantes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR).”

Art. 5º Os incisos I a III e parágrafo único do artigo 33, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação, suprimindo-se o inciso IV:

“I - Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR: órgão deliberativo e normativo central do Sistema.

II - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA: órgão executivo gestor e coordenador do Sistema e Agência de Bacia Hidrográfica.

III - Comitês de Bacia Hidrográfica: órgão regionais e setoriais deliberativo e normativos de bacia Hidrográfica no Estado.

Parágrafo Único. A Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, além de observar a limitação de custos prevista no § 5º, do artigo 22, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, deverá adequar sua estrutura de forma a garantir o pleno desempenho das funções definidas por esta lei e assegurar a adequada utilização dos recursos utilizados no Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR).”

Art. 6º Ficam revogados os parágrafos 2º e 3º, do artigo 33, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999.

Art. 7º Fica revogado o inciso II, do artigo 34, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999.

Art. 8º O *caput* do artigo 37, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37 A Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, atuando de forma descentralizada por meio das Agências de Bacia Hidrográfica, prestará apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica e responderá pelo planejamento e formulação do respectivo Plano de Bacia Hidrográfica, em consonância com os demais órgãos do Governo Estadual.

Art. 9º Fica revogado o parágrafo único, do artigo 37, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999.

Art. 10. Fica revogado o inciso XI, do artigo 38, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999.

Art. 11. O *caput* do artigo 39, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39. À Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, na condição de órgão executivo gestor, coordenador e de Agência de bacia Hidrográfica do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) compete.”

Art. 12. os incisos I, VII, VIII e IX, do artigo 39, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação:

“I - encaminhar à deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/PR a proposta do Plano Estadual de Recursos Hídricos e suas modificações;

VII - gerir o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos e manter cadastro de usos e usuários das águas, com a cooperação dos órgãos e entidades estaduais responsáveis;

VIII - efetuar a cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos;

IX - aplicar penalidades por infrações previstas nesta lei, em seu regulamento e nas normas deles decorrentes;”

Art. 13. Ficam acrescidos ao artigo 39, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, os incisos XI a XXI, com a seguinte redação:

“XI - exercer a secretaria executiva dos respectivos Comitês de bacia Hidrográfica;

XII - elaborar Planos de bacia Hidrográfica para apreciação dos respectivos Comitês de bacia Hidrográfica;

XIII - promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos;

XIV - analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso da água e encaminhá-la à instituição financeira responsável pela administração desses recursos;

XV - acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos;

XVI - propor aos Comitês de Bacias Hidrográficas:

a) os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos;

b) o plano de aplicação dos recursos disponíveis, com destaque para os valores arrecadados com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

c) o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo;

d) a divisão dos cursos de água em trechos de rio e o cálculo da vazão outorgável em cada trecho;

e) a probabilidade associada à vazão outorgável em cada trecho de curso de água;

f) o enquadramento dos corpos de água nas respectivas classes de uso;

XVII - zelar pelo cumprimento desta lei, de seus regulamentos e das normas deles decorrentes;

XVIII - prestar apoio administrativo, técnico e financeiro necessário ao bom funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica;

XIX - tornar públicos os objetivos e resultados de sua atuação;

XX - celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências; e

XXI - apresentar ao CERH/PR anualmente um relatório de aplicações dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e os respectivos resultados, bem como o orçamento de aplicação dos recursos para o exercício fiscal seguinte.”

Art. 14. O inciso VI, do artigo 40, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“VI - propor à SUDERHSA os represamentos, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;”

Art. 15. Ficam revogados os artigos 41, 42, 44 e 45, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999.

Art. 16. O *caput* do artigo 50, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50. Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referentes à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta lei, ou pelo não atendimento das solicitações feitas, o infrator ficará sujeito às seguintes penalidades cumulativas ou não, independentemente de sua ordem de enumeração:”

Art. 17. O inciso II, do artigo 50, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“II - multa, simples ou diária, proporcional à gravidade do dano hídrico, da localização e porte do empreendimento, cujo valor oscilará entre 20 (vinte) a 20.000 (vinte mil) vezes o valor nominal da Unidade de Padrão Fiscal do Paraná (UPF/PR), ou outro índice que venha a substituí-la, instituído pelo Poder Executivo Estadual;”

Art. 18. A alínea “c”, do parágrafo 4º, do artigo 50, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“c) a gravidade da infração.”

Art. 19. O *caput* do artigo 57, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57. A expedição de licenciamento ambiental, a ser concedido pelo Instituto Ambiental do Paraná, para fins de implantação de empreendimento econômico em áreas de mananciais e nascentes, bem como de preservação permanente nos rios do Estado do Paraná, deverá estar em consonância com os respectivos Planos de Bacia Hidrográfica.”

Art. 20. Ficam revogados os artigos 58 e 59, da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999.

Art. 21. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 057/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 058/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 058/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 189/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 119/2005, da Sra. Jane Elisabeth Setenareski - Diretora Presidente da CEASA, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimento sobre “procedimentos licitatórios realizados pela companhia de Abastecimento”. **Ao conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob o nº 280/2005, do Sr. Rubens Ghilardi - Diretor-Presidente da COPEL, em resposta ao Pedido de

Informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimento sobre contratos entre a COPEL e a Companhia de Interconexão Energética. **Ao conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob o nº 293/2005, do Sr. Waldyr Pugliesi - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimento sobre retenção técnica de movimento de soja, milho e farelo de soja no Porto de Paranaguá. **Ao conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob o nº 274/2005, do Sr. Waldyr Pugliesi - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimento sobre processos licitatórios relativos à dragagem do canal do Porto de Paranaguá. **Ao conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob o nº 300/2005, do Sr. Waldyr Pugliesi - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimento sobre cargas importadas e exportadas referente ao complexo de soja. **Ao conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob o nº 309/2005, do Sr. Waldyr Pugliesi - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimento sobre atividade fiscalizatória da autarquia sobre as concessionárias. **Ao conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob o nº 314/2005, do Sr. Waldyr Pugliesi - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Durval Amaral, que pede esclarecimento sobre processos licitatórios realizados pelo DER. **Ao conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob o nº 301/2005, do Sr. Waldyr Pugliesi - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Tadeu Veneri, que pede esclarecimento sobre obras da rodovia PR-281, trecho Agudos do Sul a Tijucas do Sul. **Ao conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob o nº 129/2005, do Sr. Edson Carlos Bernardelli - Diretor-Administrativo Financeiro do CEASA, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimento sobre processos licitatórios elaborados pela CEASA. **Ao conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Da Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon - Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo

Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimento sobre Processo nº 8.453.154-4, referente à Lei nº 14.590. **Ao conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob os nºs 059, 060 e 061/2005, do Sr. Governador do Estado comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

040/2005: De autoria dos Deputados Natálio Stica e Hermas Brandão que, dispõe sobre concessão de inscrição de CAD/ICMS para a atividade econômica de importação ou distribuição, inclusive transportador-revendedor-retalhista, de combustíveis automotivos derivados ou não de petróleo, o qual foi convertido em Lei nº 14.701. **Anote-se - archive-se.**

050/2005: De autoria do Deputado Natálio Stica que, reintroduz parágrafo ao artigo 14, da Lei nº 11.580/96, dispondo sobre aplicação de alíquota em saídas de mercadorias, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.702. **Anote-se - archive-se.**

090/2005: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a promover a regularização dos imóveis rurais e urbanos que especifica, localizados no Município de São Pedro do Paraná, o qual foi convertido em Lei nº 14.703. **Anote-se - archive-se.**

Sob o nº 343/2005, do Sr. Waldyr Pugliesi - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Waldir Leite, que pede esclarecimento sobre paralelepípedos retirados das vias que dão acesso ao Porto de Paranaguá. **Ao conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob o nº 827/2005, do Sr. Heinz Georg Herwig - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório de Auditoria do Programa Expansão, Melhorias e Inovação no Ensino Médio do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 064/2005, do Sr. Governador do Estado, encaminhando para os devidos fins, o Projeto de Lei nº 245/2005. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 111/2005, do Sr. Reinhold Stephanes - Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando Demonstrativo das Alterações de Despesas, realizadas no 1º Trimestre de 2005. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 196/2005, da Sra. Cilçair Rodrigues de Abreu - Analista de Planejamento e Orçamento da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, comunicando celebração de convênio e liberação de recursos ao Convênio a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, para apoiar as ações de assistência técnica e extensão rural, em zonas rurais empobrecidas. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1682

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 238/2001, item 03 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1655

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER autorização para ausentar-se no dia 08 do corrente em viagem a Brasília, tendo em vista audiência com a Ministra Marina Silva, acompanhando produtores dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1671

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Cleiton Kielse, no uso de suas atribuições regimentais, vem REQUERER à Mesa desta Casa de Leis, parecer sobre a inconstitucionalidade do exame de ordem previsto na Lei nº 8.906, de 04.07.1994.

Esta solicitação fundamenta-se no fato amplamente divulgado pela mídia paranaense, do que está acontecendo com nossos estudantes do curso de Direito, como também pareceres dos mais respeitados profissionais, como a do Diretor do curso de Direito das UFPR, Luiz Alberto Machado, “A prova é inconstitucional”, diz. Segundo ele, a Constituição prevê que é missão das universidades formar os advogados e, por isso, não é necessário que o bacharel tenha que passar por outro teste para poder trabalhar.

No mesmo sentido o Secretário da Justiça e da Cidadania, Aldo Parzianello, manifestou-se contrário à obrigatoriedade dos exames da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), afirmando que se deve pedir a revogação da lei ou extinção da exigência das provas para que recém-formados em Direito possam ser advogados, sem qualquer teste após a conclusão do curso.

O advogado Luís Fernando Nogueira Moreira OAB-E.S. 6.942, afirma que, ao exigir a aprovação no exame de ordem para permitir que o bacharel exerça a profissão, a OAB age “à margem da Constituição da República, praticando ato ilegal e arbitrário e transmutando a instituição fiscalizatória em um órgão de censura prévia”.

Para ele, a OAB, “embora como órgão profissional tenha o direito de punir os advogados, não pode fazer esta punição previamente, impedindo alguém, declarado qua-

lificado pela instituição de ensino competente e imparcial, de exercer sua profissão.

O advogado sustenta ainda, que a “própria expressão exame de ordem demonstra que um exame não pode ser confundido com a qualificação”. E argumenta que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, atribuiu a avaliação às próprias instituições de ensino, e não aos conselhos de exercício profissional.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1689

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de Sessão Solene desta Assembléia Legislativa no dia 26 de junho de 2005, na cidade de Maringá, para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Yomei Sasaki, conforme aprovação desta Casa Legislativa.

A Sessão Solene, se aprovada, será realizada, conforme o seguinte:

Data: Dia 26 de junho de 2005 (Domingo)

Horário: 11h30min.

Local: WAJUNKAI (Lar dos Idosos)

Endereço: Av. Londrina, 477

Cidade: Maringá-PR

Solicita ainda o requerente que, para a organização dessa Sessão, seja mobilizado o CERIMONIAL desta Casa, para que tome as providências necessárias à sua realização.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1684

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, REQUER a liberação do plenarinho da Assembléia Legislativa, no dia 30 de junho de 2005, do período de 9h às 13h para realização de audiência pública sobre Políticas Públicas Estadual e Nacional de Esportes e de Lazer.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1663

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção da Sra. Leonilda Marqueti, ocorrido em 30 de maio do corrente, em Querência do Norte, Paraná.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresentar à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 1670

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do comerciante da área de material de construção, Sr. Antônio Lúcio, ocorrido no último dia 13 de maio corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 13 de maio o comerciante do ramo de materiais de construção, Antônio Lúcio, aos 61 anos de idade. Deixou viúva a Sra. Eronilda, a filha Cíntia e uma neta.

O Sr. Lúcio era pessoa bastante estimada naquela região do Osasco em Colombo, onde a mais de trinta anos era comerciante, juntamente com a filha e esposa, no material de construção Guanabara, foi o primeiro a inovar e abrir a loja aos domingos. Jamais se acovardou diante das turbulências de nossa economia, o trabalho era seu lema, trabalho com trabalho gera progresso, palavras sábias. O passamento do Sr. Lúcio veio abrir enorme lacuna no seu da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus parentes e amigos. Resta-nos, todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos. Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome cultuar sua memória e preservar seus negócios que era uma das suas lutas do dia-a-dia. Pedimos ao Pai Celeste que, nossos amigos familiares de Senhor Lúcio encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento de tristeza.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Lúcio, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1660

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações ao Colégio Estadual Marcelino Champagnat pelo recebimento da Comenda Ouro Verde concedida pela Câmara

Municipal de Londrina, pelos relevantes serviços prestados ao Município.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Diretor Claudécir Almeida da Silva, pelo endereço: Rua São Salvador 998, Centro, CEP: 86.026-480 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 15 de fevereiro de 1967, pelo então Governador Paulo Cruz Pimentel, sendo o Secretário da Educação, Alberto Mouro, ex-irmão Marista que decidiu homenagear a irmandade dando o nome do fundador de sua Congregação ao novo Colégio Marcelino Champagnat, tendo como primeiro Diretor o Sr. Anísio Alves da Silva.

Essa homenagem ocorreu na forma de agradecimento aos Irmãos Maristas e La Sallistas que prestaram um grande serviço ao Estado do Paraná e à comunidade de Londrina, ao emprestar parte das instalações de seus respectivos colégios para o funcionamento de uma unidade escolar de ensino público, demonstrando o grande espírito cívico e humanitário que orienta esses religiosos educadores.

Em 1969, o colégio ganha sede própria, ocupando as instalações do prédio histórico Ministro Oswaldo Aranha, localizado na Rua Salvador, 998 - Centro.

Em 1969 até 1973, o sistema escolar do Estado do Paraná passou por diversas modificações. Com a criação dos chamados "Complexos Escolares", reunindo "unidades integradas" (escolas de pequeno porte) em torno das escolas de maior porte. Naquele ano, 1973, o Complexo Escolar Marcelino Champagnat, agrupando 12 unidades escolares: Grupo Escolar Tiradentes, Grupo Escolar Sagrada Família, Grupo Escolar Benjamin Constant, Grupo Escolar Nilo Peçanha; Grupo Escolar Mercedes Madureira, Grupo Escolar Maria Carmelita Vilela de Magalhães, Grupo Escolar Rui Barbosa, Escola Municipal Jardim do Sol; Escola Municipal Américo Sabino Coimbra; Escola Municipal Leonor Maestro de Held; Escola Municipal José Garcia Villa e Escola Municipal Leônidas Sobrinho Porto, passa a ser o maior Colégio do Paraná, matriculando cerca de 12 mil alunos.

Atualmente, após as reformas do seu espaço físico, o Colégio possui 2600 alunos no Ensino Fundamental, Médio e Celem e tem como proposta um modelo educacional permanente, aberto ao novo, dinâmico, interativo e atento a realidade que se transforma.

Neste sentido é que propomos nossos votos de congratulações ao Colégio Estadual Marcelino Champagnat pelo recebimento da "Comenda Ouro Verde", concedida pela Câmara Municipal de Londrina como reconhecimento pela qualidade de ensino e a dedicação de seu corpo docente.

REQUERIMENTO Nº 1669

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à nossa querida Lapa, pelos seus 126 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Sr. Miguel Lourenço Horming Batista, Prefeito Municipal ao Vice-Prefeito Mansur de Jesus Daou e todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população da Lapa.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, homenageia com este voto, a laboriosa população da Lapa, pelo transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política. Homenagem esta dedicada aos administradores de todos os tempos.

Lapa, é um município que não é meu e nem seu; Ele é de todos os que souberam construí-lo. Esta é a essência da filosofia de todos os que trabalham em favor de seus semelhantes.

Estas palavras são, então, um agradecimento a todos os que deram parte de sua vida em favor desta terra e de sua gente. São também um incentivo a todos os que hoje igualmente se sacrificaram, não por si, mas por uma vida melhor para todos.

Nada mais confortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná que saudar efusivamente o Município da Lapa pela passagem de mais um aniversário de fundação cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança da população com a invencível segurança transmitida por uma longa tradução de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências, em que os homens e as mulheres dão vida a administração Municipal puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por um município em permanente transformação.

Acreditamos que a fidelidade, o companheirismo, a gratidão, o reconhecimento e o sentimento de grandeza nos momentos de crises e tensões, fazem parte da arte da ciência política, colaborando de forma imprescindível para o completo desenvolvimento do Município.

Está de parabéns toda a população da Lapa na significativa data de 13 de junho, em que se comemora mais um aniversário de sua emancipação política.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e este Parlamentar, cumprimentam efusivamente toda a população lapeana na certeza de que continuarão na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 1673

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, inserção de votos de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Dia do Agente Comunitário de Saúde, ocorrido em 18.05.2005, pelos relevantes serviços prestados na área da saúde.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1674

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, o registro de votos de congratulações, aplausos e muito sucesso aos Diretores e idealizadores da Vinícola Dezem, pela inauguração do mais moderno complexo industrial para fabricação de vinhos finos e espumantes, traduzindo confiança, empenho, grandeza e alto espírito empreendedor desses destacados empresários de Toledo.

Instalações das mais modernas que existem atualmente em nosso país, destacando-se a alta tecnologia na produção integrada, cujos produtos são de primeiríssima qualidade, aprovados com méritos por representantes da Associação Brasileira de Enologia, autoridades presentes ao evento, dentre as quais, os Secretários de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e SEDU, Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por este Parlamentar e Deputados se soma aos elogios de produtores, autoridades e populares, manifestando à conceituada empresa as congratulações, aplausos e sucesso pelo moderno empreendimento em vinícola, recém inaugurado em Toledo.

Requer, ainda, seja oficiado à direção da empresa a decisão desta Casa, na pessoa de Sr. Amélio Dezem, na sede da mesma, Distrito de Concórdia do Peste, CEP: 85900-000-Toledo-PR.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1691

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Colégio Estadual Marcelino Champagnat de Londrina. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa entidade à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1678

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Paulo Wilson Men-

des. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa entidade à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1679

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor a Sra. Ana Lúcia Mazeto Gomes, Vereadora e Diretora da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Califórnia. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa entidade à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1692

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulação à Federação das Indústrias do Estado do Paraná, pela comemoração do Dia da Indústria, em nome do seu Presidente, Sr. Rodrigo Costa da Rocha Loures.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1693

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulação ao Município de Sertãozinho, pelo 71 anos de sua emancipação.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Prefeito Municipal, Sr. Luís Oporto Castro, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1676

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. José Carlos Salvaggio, Presidente do Rotary Club de Cambé, Gestão 2005/2006, pelos 50 anos da referida entidade.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1677

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Francisco Montes Hernandez, Presidente do Rotary Club de Cambé, Gestão 2004/2005, pelos 50 anos da referida entidade.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1654

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja enviado expediente ao Sr. Governador, anexando cópia da Lei 14522/2004, que dispõe sobre a instituição do Festival Estadual da Música Gospel, para que, por gentileza, determine ao órgão competente o atendimento do que rege a lei.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

Até o presente momento não foi designado oficialmente a Secretaria para que se estabeleçam as diretrizes.

REQUERIMENTO Nº 1664

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Assembléia Legislativa, REQUER o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando que seja concluído o projeto que prevê a construção de terceira pista no trajeto que liga a empresa Sadia até o Parque Industrial de Dois Vizinhos, obra esta licitada pelo Governo anterior e executada parcialmente, bem como a implantação de acostamento no trecho de 11 (onze) quilômetros que vai do Parque Industrial até o trevo de Alto Bela Vista, e a construção de 3ª pista nas imediações deste trevo.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Alguns maquinários, possivelmente do DER encontram-se em Dois Vizinhos com o objetivo de executar obras de pavimentação.

Tendo em vista que as obras objetos do presente requerimento foram por mim solicitadas desde o ano 2000, tendo conseguido que fossem iniciadas com a construção de parte da terceira pista que liga o perímetro urbano até a empresa Sadia, aproveito esta oportunidade em que o Governo do Estado designa maquinários, para Dois Vizinhos, para solicitar que as mesmas sejam finalmente executadas, com a conclusão da terceira pista até o Parque Industrial e a implantação de acostamento ao longo da rodovia até o trevo do Alto Bela Vista, e ainda a

implantação de terceira pista num trecho de aproximadamente 500 metros na chegada do mencionado trevo, uma vez que ali tem se concentrado um grande número de acidentes com vítimas fatais, pois trata-se de trecho íngreme e de curvas acentuadas.

O tráfego de veículos nesses onze quilômetros é intenso, pois além de ser a ligação natural entre Dois Vizinhos ao Oeste do Paraná, à fronteira e também a Francisco Beltrão, é passagem obrigatória de caminhões que deslocam-se dessas regiões até o Frigorífico da Sadia, que está localizado às margens dessa rodovia, na chegada e Dois Vizinhos. Assim sendo, reputo como de crucial importância que o Governo Estadual, através das estruturas da Secretaria de Estado dos Transportes e/ou de empresas contratadas, execute tais obras como prioridade.

Diante desses fatos, conto com a compreensão dos nobres Pares e aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1665

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Assembléia Legislativa, REQUER seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando a concessão de uma viatura zero quilômetro para a Polícia Militar do Município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Militar de Dois Vizinhos contava, até a semana passada, com três viaturas, sendo duas em péssimas condições de uso e uma semi-nova. Acontece que, o Comando da Região sediado em Pato Branco, resolveu por bem retirar esta viatura semi-nova de Dois Vizinhos e transferi-la para outro local, ficando Dois Vizinhos apenas com as duas viaturas que praticamente não têm condições de uso, pelo estado de conservação que se encontram.

Assim, louve-se a atitude de melhorar as condições de segurança, entre outros municípios, entretanto, há a necessidade de que Dois Vizinhos não fique a descoberto, ainda mais num momento de tantos furtos que vêm ocorrendo naquele município.

Desta maneira, solicito a aprovação do douto Plenário para que este Requerimento chegue o mais urgente possível ao Secretário de Estado da Segurança Pública, objetivando a reposição imediata de outra viatura em condições para a execução dos serviços de segurança à população.

REQUERIMENTO Nº 1675

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Waldyr

Ortêncio Pugliesi, solicitando apoio da Secretaria de Estado dos Transportes para pavimentação dos seguintes trechos de estradas:

- trecho da Rodovia dos Agricultores Pioneiros, ligando o Distrito de Concórdia do Oeste, município de Toledo, até a rodovia PR-317, com destino à Ouro Verde do Oeste, com extensão de 2000m;

- trecho da Rodovia dos Agricultores Pioneiros até o Rio Marreco, passando pelas Indústrias Zadimel e Vinícola Dezém, em Concórdia do Oeste, com extensão de 2500m.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de trechos da maior importância para o município de Toledo, pois a sua pavimentação representará a redenção dos agricultores que na região residem e produzem em larga escala, possibilitando o livre acesso e melhor fluxo de veículos, bem como, caminhões de carga que atendem o escoamento da produção agropecuária.

Outrossim, beneficiará as indústrias instaladas e em funcionamento ao longo daqueles trechos, destacando-se as empresas Zadimel e Vinícola Dezém.

REQUERIMENTO Nº 1680

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando a contratação de ortopedistas traumatologistas para os hospitais públicos do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1681

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Sr. David Antônio Pancotti, solicitando providências urgentes, a fim de solucionar a falta de viaturas e policiais para atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito em Londrina.

Vale ressaltar que está atuando na cidade apenas uma viatura, com dois policiais por turno.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1683

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, pelo seu líder que ao final subscreve, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja enviado convite para participar de Seminário sobre Políticas Públicas, ao Sr. Dione Soares Manetti, Diretor do Departamento de Fomento à Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, Ges-

silda da Silva Viana, assessora da Secretaria Executiva do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Nilcéia Freire, Secretária Especial para Políticas para Mulheres.

O Seminário será realizado nos dias 24 e 25 de junho, em Curitiba, conforme programação já enviada aos mesmos.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1686

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Assembléia Legislativa, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Melo e Silva, e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, agradecendo pela liberação de uma viatura para a Polícia Militar do Município de Chopinzinho, ocorrido na última semana.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento visa enaltecer a sensibilidade do Governador Roberto Requião e do Secretário Luiz Fernando Delazari, da Segurança Pública, para a necessidade que havia de ser colocado à disposição do setor de segurança no Município de Chopinzinho uma viatura em condições de desenvolver os serviços afetos à área, uma vez que a Polícia Militar daquele Município contava apenas com viaturas em péssimas condições de uso, impossibilitando o normal desenvolvimento dos trabalhos na região de abrangência (além de Chopinzinho, atendem também municípios próximos, como Sulina, Saudade do Iguaçu e São João).

Em atendimento à reivindicação deste Parlamentar, o Governador autorizou a entrega da viatura, que prontamente foi providenciada pelo Secretário da Segurança Pública.

Em nome da população de Chopinzinho e região, manifestamos nosso reconhecimento.

REQUERIMENTO Nº 1690

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito das verbas de sucumbência judicial recebidas pelos Procuradores e advogados nas ações em que o Estado do Paraná e suas entidades são partes:

1) como foi feito o pagamento das verbas sucumbenciais aos Procuradores e advogados do Estado do Paraná entre os anos de 1988 e 2005?

2) Qual foi o montante de verbas sucumbenciais pagas aos Procuradores e advogados do Estado do Paraná entre os anos de 1988 e 2005?

3) Quais os critérios e percentuais de repartição das verbas de sucumbência entre as diversas classes de Procuradores e advogados do Estado do Paraná?

4) Que sejam especificados:

a) os nomes e funções de todos os Procuradores e advogados que receberam verbas de sucumbência entre 1988 e 2005;

b) os valores recebidos por cada um dos Procuradores e advogados entre os anos de 1988 e 2005.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente nos artigos 55 e 90, inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos dos Poderes Executivo e Legislativo estaduais.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 344/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam isentos do pagamento de pedágio em rodovias estaduais, os veículos de propriedade de pessoas portadoras de deficiência física e crônica, que comprovem atender os requisitos desta lei.

Parágrafo Único. É considerada portadora de deficiência, para efeito desta lei, a pessoa que possua considerável comprometimento em sua capacidade física, mental ou sensorial.

Art. 2º O Poder Executivo, através de seu órgão competente, deverá elaborar credencial, que conterá obrigatoriamente foto, número da Cédula de Identidade, número do CPF do beneficiário e a placa do veículo, e terá validade por prazo determinado, podendo ser renovada por sucessivos períodos.

Art. 3º A condição de pessoa portadora de deficiência que trata o artigo 1º, deverá ser comprovada através de laudo médico oficial atestando a espécie e o grau da deficiência, com expressa inserção do código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID.

Art. 4º A isenção prevista nesta lei, somente será concedida com a presença do deficiente no veículo e

mediante a apresentação da credencial de que trata o artigo 2º, junto ao guichê de pedágio ou a critério da concessionária, desde que não cause prejuízo ou transtorno ao beneficiário.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Nossa Constituição Federal visa à proteção da pessoa portadora de deficiência, como dispõe o parágrafo 2º do artigo 227, que revela a preocupação com o acesso adequado do portador de deficiência aos logradouros, aos edifícios e aos transportes coletivos.

Neste sentido e com base na competência concorrente do Estado para legislar sobre “proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência”, insere no artigo 24, inciso XIV da Constituição Federal, apresentamos o presente projeto de lei visando viabilizar, no âmbito do Estado do Paraná, melhor trânsito às pessoas portadoras de deficiência.

A medida em questão, absolutamente justa, não representa impacto significativo na arrecadação das concessionárias de rodovias estaduais. Entretanto, é de imenso e importante impacto social.

O acesso às rodovias estaduais é condição indispensável para que o deficiente exerça plenamente sua cidadania. A cobrança de tarifa de pedágio é fato que pode tolher sua liberdade de locomoção, já que infelizmente, seus rendimentos ainda são bem inferiores aos demais trabalhadores.

Tão necessária se faz esta proposição devido à precariedade do sistema de transporte público, ainda mais cruel com quem possui dificuldades locomotoras, recordando, inclusive, a falta de ônibus adaptados para os portadores de deficiência.

É oportuno ressaltar que a isenção aqui preconizada poderá, inclusive, servir como forma de compensação aos gastos acarretados com os tratamentos e despesas do deficiente.

Por considerarmos conveniente e oportuna a medida, apresentamos o presente projeto de lei, contando com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 345/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o documento de identificação da pessoa com deficiência e doença crônica.

Art. 2º O documento que trata o artigo anterior será expedido por órgão competente, com base nos cadastros existentes do Registro Geral Civil a título de comprovação de cada deficiência ou doença para usufruir dos benefícios decorrentes das leis, atuais e vindouras, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 3º A Cédula de Identidade da pessoa portadora de deficiência seguirá os padrões da Cédula de Identidade comum, o registro geral, acrescida da seguinte inscrição: PPD (pessoa portadora de deficiência) ou PPDC (pessoa portadora de doença crônica) classificando em determinada CATEGORIA, com destaque, atendendo as especificações da legenda abaixo, observando-se o enquadramento e as definições previstos no Decreto Federal nº 5296 de 2004 e demais leis em vigor:

I - categoria (A), Portador de deficiência auditiva;

II - categoria (C), Portador de doença crônica;

III - categoria (F), Portador de deficiência física;

IV - categoria (M), Portador de Deficiência mental;

V - categoria (Mu), Portador de deficiências múltiplas;

VI - categoria (V), Portador de deficiência visual.

Art. 4º O Poder Executivo através de seus órgãos competentes, exigirá a devida comprovação por meio de um laudo médico expedido pelo SUS, especificando o tipo de deficiência com o Código Internacional de Doenças - CID, se permanente ou temporária, bem como a real necessidade de acompanhante em suas atividades extrarresidenciais de acordo com o grau de dependência nas tarefas cotidianas.

Parágrafo Único. Em caso de real necessidade de acompanhante durante as atividades externas, a referida cédula de identidade conterá a informação: “direito a acompanhante”, a fim de garantir a fruição de seus benefícios discriminados nas leis pertinentes.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei, no corrente exercício, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e suplementares, caso necessário.

Art. 6º Para emissão do presente documento de identificação, o interessado deverá providenciar, junto aos órgãos designados pelo Executivo, o laudo médico estipulado no artigo 4º e encaminhá-lo ao Órgão de Identificação, com documento de identidade atual ou certidão de nascimento.

Art. 7º Todos os benefícios decorrentes da legislação em vigor que se destinem às pessoas portadoras de deficiência terão validade mediante a apresentação da cédula de identidade em concordância com esta lei, sendo dispensado qualquer outro documento ou comprovação de deficiência.

§ 1º Em caso de deficiência temporária expressa no laudo, o documento de identidade que trata a presente lei,

terá validade de três anos, podendo ser renovado mediante a apresentação de novo laudo. Se permanente, o prazo é indeterminado.

§ 2º A partir da data de vigência desta lei o Poder Executivo fará implantar a presente de modo a garantir a emissão de novo documento, através de campanhas de divulgação.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Sabemos que a legislação prevê o bem-estar das pessoas portadoras de deficiência, porém, constatamos que ainda há necessidade de acionar mecanismos capazes de complementar essa visão dos Poderes.

A ONU - Organização das Nações Unidas elaborou a Resolução 1.542/85, abrangendo todos os direitos das PPD - Pessoas Portadoras de Deficiência, delegando a cada Nação criar mecanismos legais para implantação das normas, o que no Brasil, devemos reconhecer, existem esforços sendo realizados em todos os níveis dos Legisladores e dos Executivos.

A proposição visa garantir o acesso aos direitos e benefícios previstos em lei da PPD, de forma alguma, com essa identificação, fazer qualquer tipo de discriminação, e sim, estabelecer, segundo critérios médicos e legais, quem está realmente apto a ser tratado de forma especial, prioritária e estritamente necessária, para, a partir daí, adequar toda legislação, com respeito a seus respectivos autores, de forma clara e com o amplo conhecimento de toda sociedade.

A sociedade, de um modo geral, trata a PPD, os doentes e os idosos, como “pobres coitados, uns necessitados”. Precisamos acabar com essa imagem e inculcar o conceito principal da Declaração de Madri que visa inserir o deficiente na sociedade como um cidadão, com os mesmos direitos humanos e sociais de todos os demais cidadãos, como de fato o é, pagador de impostos, consumidor de produtos e serviços e inclusive detentor de direitos políticos, dentre todos os outros e mais alguns, por efetiva necessidade.

Pelo exposto, solicitamos, com a devida vênica, aos egrégios Deputados e Deputadas, a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 346/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Público Estadual, através do Departamento de Trânsito do Estado do

Paraná, a conceder placa especial em veículos de propriedade de deficientes físicos.

Parágrafo Único. O Poder Executivo terá prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação, para regulamentar a presente lei.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição parlamentar tem como principal objetivo atender aos cidadãos deficientes físicos, pois muitas vezes as dificuldades são diversas e principalmente a locomoção, que é primordial. Os deficientes físicos sofrem muitos preconceitos e com esta placa especial serão reconhecidos. A nossa iniciativa é apenas uma gota d'água dentro do oceano.

Assim, conto com o apoio de meus pares em aprovar esta proposição parlamentar.

PROJETO DE LEI Nº 347/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual, através dos órgãos competentes, obrigado a tomar providências para o fechamento dos estabelecimentos comerciais e instituições que facilitem ou promovam a exploração sexual comercial e o aliciamento de crianças e adolescentes.

Art. 2º Os estabelecimentos e instituições retrocitados serão liminarmente lacrados e proibidos de funcionar nos casos em que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes seja comprovada através de flagrante policial, na forma da lei.

Art. 3º Estabelecimentos e instituições contra os quais pesem denúncias de facilitação ou promoção de exploração sexual comercial e o aliciamento de crianças e adolescentes, não comprovadas através de flagrante policial na forma da lei, terão suas atividades suspensas até a conclusão do competente processo judicial.

Art. 4º Aos proprietários dos estabelecimentos comerciais e instituições caracterizados nesta lei não será permitido manter ou participar de sociedade em quaisquer outros estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná, uma vez comprovada sua responsabilidade ou enquanto durar o processo judicial.

Art. 5º As medidas previstas na presente lei ocorrerão sem prejuízo de quaisquer outras providências de caráter administrativo e judicial que venham a ser tomadas contra os estabelecimentos comerciais e instituições

que facilitem ou promovam a exploração sexual comercial e o aliciamento de crianças e adolescentes no Estado do Paraná.

Art. 6º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de coibir a exploração sexual contra crianças e adolescentes que vem se interiorizando e, contrariando a crença de que atingiria apenas as grandes cidades ou litorâneas e turísticas (o chamado turismo sexual) alcança hoje cidades pequenas e pobres em todas as regiões do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 348/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na malha rodoviária estadual a estrada que liga o Distrito de Marajó, no Município de Nova Aurora, à PR-180.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa passar à malha rodoviária estadual o trecho de estrada que liga o Distrito de Marajó, no Município de Nova Aurora, à Rodovia PR-180, no trecho que liga Nova Aurora a Quarto Centenário e Cafelândia do Oeste.

A estrada mencionada totaliza oito quilômetros, os quais são pavimentados, sendo que o asfalto encontra-se em precárias condições, conforme croqui em anexo.

A transferência da estrada para a égide do Estado implicará melhoria em suas condições de tráfego, facilitando o transporte coletivo entre as comunidades pelas quais passa, beneficiando a população regional.

Trata-se de região essencialmente agrícola, extremamente dependente da estrada mencionada, a qual facilita em muito o escoamento da produção. É sabido que, em razão da mecanização das propriedades, diversas pessoas perderam seus empregos, sendo que a atração de novos investimentos para a região certamente implicará geração de novos empregos, reduzindo o problema apontado.

A estrada em questão é de suma importância para a região Oeste do Estado e, principalmente, para Nova Aurora, eis que passa por diversas comunidades onde residem milhares de habitantes.

Enfim, a estadualização da estrada auxiliará o desenvolvimento econômico-social regional, além da geração de empregos - tendo em vista a melhor divulgação dos produtos da região - incrementando a renda dos cidadãos locais.

Sendo assim, invoca o apoio dos nobres parlamentares para que o presente projeto de lei seja aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 349/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a entrada de menores de 16 (dezesseis) anos de idade, no âmbito do Estado do Paraná, em estabelecimentos que comercializam o acesso à internet por tempo.

Parágrafo Único. incluem-se entre os estabelecimentos dispostos no *caput* as chamadas "Lan House" e os "Cybercafes", além de outros similares.

Art. 2º Os maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) anos de idade poderão permanecer nos estabelecimentos dispostos no artigo anterior, desde o horário de sua abertura até às 22 horas.

Art. 3º As determinações contidas nos artigos anteriores deverão estar visíveis para o público nas portas dos estabelecimentos, indicando também as penalidades determinadas nesta lei.

Art. 4º A não observância desta lei implicará em multa de 15 (quinze) a 30 (trinta) salários-mínimos.

Art. 5º O estabelecimento já autuado como reincidente e que continuar não respeitando o disposto nesta lei ficará sujeito ao fechamento temporário ou definitivo, sem prejuízo das demais cominações legais.

Art. 6º As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, e suplementadas, se necessário.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Inicialmente, faz-se necessário consideramos que a presente proposição é absolutamente constitucional e de competência desta Casa de Leis. Neste sentido, o artigo

24, da Constituição da República Federativa do Brasil, é claro ao afirmar:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII -...

XIV -...

XV - proteção à infância e à juventude” (grifos nossos).

O tema em tela, portanto, é de competência constitucional também para os Estados. Há de se considerar que os chamados cybercafés e as chamadas lan houses, além de outros estabelecimentos do gênero, tornaram-se um local bastante perigoso para a saúde e integridade de nossos jovens, como explicaremos melhor adiante.

E, também, nunca é demais lembrar que a capacidade de legislar sobre tais temas é, originalmente, do Parlamento Estadual, ou seja da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, como reiteradamente temos demonstrado em nossas justificativas.

Isto posto, podemos, então passar ao mérito do presente projeto de lei.

As chamadas lan houses e os chamados cybercafés, além de outros estabelecimentos similares, têm se tornado um lugar de risco para nossos adolescentes.

Inúmeras reportagens, quer na imprensa da Capital, como na imprensa do interior, indicam que muitos desses locais acabaram virando ponto de consumo e venda de drogas. Os jovens permanecem até tarde, gastando pequenas fortunas, uma vez que o acesso às máquinas de jogos e computadores presentes no local se dá por tempo, e infelizmente, não raro, consumindo drogas.

Há relatos na imprensa que mostram jovens permanecendo nesses locais mais de 12 horas por dia.

Por outro lado, uma vez que entre seus “produtos” estes estabelecimentos vendem acesso à internet, os jovens terminam por escapar do controle dos pais e acabam tendo acesso a sites proibidos para menores, como os ligados a sexo, armas e mesmo drogas.

É fácil observar que a situação apenas vai se complicando. Assim, se o jovem já se envolve com drogas naquele local, termina por ter acesso virtual a ambientes proibidos e que, não raro, os levarão a um vício ainda maior.

Finalmente, há outro componente muito sério nessa situação toda descrita.

Inúmeras vezes o jovem tem um cartão de crédito, fornecido na confiança por seus familiares, que mal sabem o que se passa com aquele adolescente nesses estabelecimentos. Ao frequentar o local, este jovem digita senhas e números nas máquinas para fazer operações pela web, que são capturados por mecanismos e programas já fixados no computador para esta finalidade. O resultado é sempre o pior possível: quando os pais descobrem, aquele jovem já consome drogas, faz outras coisas

ilícitas, além de a família estar com dívida considerável em cartões de crédito.

Assim, diante do exposto, contamos com o inestimável apoio de nossos nobres Pares para aprovação de tão importante propositura para a segurança e integridade física de nossos jovens.

PROJETO DE LEI Nº 350/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no Estado do Paraná o Programa Estadual de Arborização e Preservação da Flora Nativa na faixa de domínio das rodovias estaduais, e outras rodovias administradas, inclusive as rodovias objeto de concessão.

Art. 2º O programa instituído pela presente lei tem como objetivo o plantio de árvores nativas regionais, em especial a araucária ou pinheiro-brasileiro (araucária angustifolia).

Parágrafo Único. O estudo das espécies plantadas ficará a cargo da Secretaria Estadual de Meio Ambiente bem como o fornecimento das mudas a serem plantadas.

Art. 3º A Secretaria de Estado dos Transportes, por meio do DER promoverá estudos de segurança de trânsito para orientar o plantio, respeitadas as áreas e escape e de visibilidade nas rodovias de que trata a presente lei.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias (sessenta) dias.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Com a recente discussão em torno das novas áreas de proteção, reservas ecológicas e parques nacionais das araucárias, nada mais justo que também tomarmos a iniciativa de aumentar o número de espécies por meio de uma ação governamental.

Além da proliferação das espécies nativas, tal medida de proteção, reservas ecológicas e parques nacionais das araucárias, nada mais justo que também tomarmos a iniciativa de aumentar o número de espécies por meio de uma ação governamental.

Além da proliferação das espécies, tal medida auxiliará na contenção dos ventos, da poluição atmosférica e sonora promovidas pelos automóveis que trafegam pelas rodovias, e garantem que no entorno de nossas rodovias se preserve espécies com ameaças de extinção, como a araucária, a imbuia, o xaxim, a canela preta, entre outras.

O programa proposto não cria nova atribuição nem mesmo cria despesa para as Secretarias, e sim utiliza seu

potencial já instalado e sua mão-de-obra, para promover o programa que vem cumprir um objetivo do Estado do Paraná e do Brasil que é a preservação ambiental.

PROJETO DE LEI Nº 351/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Agudos do Sul, com sede e foro no Município de Agudos do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) NATÁLIO SCTICA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Agudos do Sul, constituída em 22 de outubro de 1999, sediada no Município de Agudos do Sul, é a mantenedora da Escola de Educação Especial Tia Darcy, já possui título de Utilidade Pública Municipal. A Utilidade Pública Federal está em processo. A entidade há mais de cinco anos presta relevante serviço à sociedade paranaense, promovendo educação e apoio aos portadores de necessidades especiais no Município de Agudos do Sul.

Pela importância do serviço prestado por esta associação à nossa sociedade que este Deputado propõe o presente.

PROJETO DE LEI Nº 352/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o serviço Social Autônomo PARANA-PREVIDÊNCIA autorizado a efetuar cessão de uso, a título precário e gratuito, ou locação, à 9ª Subdivisão Policial de Maringá - 9ª SDP - do imóvel constitucional pela data de terras nº 06 (seis), da quadra 29 (vinte e nove), com construção de 235,58m² e mais uma edícula de 18 m², situado na Zona 04 (quatro), da Cidade de Maringá.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei será específica e exclusivamente utilizado pela 9ª Subdivisão Policial de Maringá para a instalação das Delegacias Especializadas de Estelionato e de Trânsito.

Art. 3º A cessão de uso terá duração de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogada por igual período, mediante consenso entre as partes, permanecendo a entidade cessionária com a responsabilidade pela guarda, proteção e conservação do bem cedido e pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a qualquer ressarcimento por benfeitorias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A 9ª Subdivisão Policial de Maringá está realizando importante trabalho de segurança pública e dentro dessa estratégia, considera essencial a especialização da Delegacia de Estelionato e de Trânsito.

A Delegacia especializada será a primeira do interior do Estado, representando o desenvolvimento dos trabalhos da segurança pública, evitando o crescimento dos índices de crimes naquela região.

A cobrança da população em relação aos índices de violência é muito grande e o implemento dessa nova estrutura vem reforçar a postura do Governo do Estado de não tolerar a violência.

Cabe salientar que o prédio objeto desta proposição está em condições precárias e a instalação das Delegacias naquele local será precedida de reforma.

PROJETO DE LEI Nº 353/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a implantar Programa de Identificação Precoce da Deficiência Auditiva por Metodologia Objetiva para crianças nas unidades de saúde e outras onde ocorram programas de saúde referentes ao atendimento neonatal, visando promover ações preventivas de saúde auditiva da população infantil do Estado do Paraná.

§ 1º Na implementação do programa serão garantidos os meios que venham a promover ações que possibilitem a identificação de perdas auditivas para todos os bebês em berçários, creches, escolas e centros de referência.

§ 2º O Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde garantirá a fiscalização nos estabelecimentos hospitalares e unidades de saúde no sentido de universalizar a aplicação dos exames de emissão otoacústicos nos neonatos, inclusive com a instituição de campo próprio para anotação na carteira de saúde.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias indicadas no orçamento anual do Estado a cargo da Secretaria de Estado da Saúde e do Instituto de Saúde do Paraná.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A deficiência auditiva é um problema de saúde muito sério e que afeta percentual elevado da população. A implementação de exames de rotina trará imensos

benefícios para a população, mas sobretudo se iniciada nos primeiros anos de vida. A adoção de medidas que estimulem o diagnóstico precoce promoverá uma melhor qualidade de vida e mais oportunidades às crianças eventualmente afetadas.

A implantação de Programa de Triagem Auditiva para todos os recém-nascidos tem o seu reconhecido valor na evidência de que quanto mais cedo for submetido a uma abordagem lingüística correta, melhores serão os resultados alcançados. O diagnóstico postergado resultará na falta de aproveitamento de um período crítico - os dois primeiros anos de vida - para o desenvolvimento da linguagem.

É diariamente vivenciado, em prática clínica e educacional, por profissionais das respectivas áreas, que a qualidade da aprendizagem das crianças com deficiência auditiva está relacionada ao período em que ele efetivamente começou a ter atendimento especializado. Podemos afirmar, portanto, que o diagnóstico precoce minimiza os problemas a serem enfrentados pelo indivíduos portadores de deficiência auditiva.

Afora a deficiência auditiva todas as necessidades humanas permanecem intactas no indivíduo, inclusive e de manifestar-se. Por isto, espera-se que os recém-nascidos portadores de alterações auditivas devam receber maior atenção e estimulação do que têm recebido até então.

PROJETO DE LEI Nº 354/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica reconhecido ao Centro Espírita Estrela da Caridade, entidade civil sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio, inscrito no CNPJ/MF nº 78.005.667/0001-74, a qualidade de Utilidade Pública.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

O Centro Espírita Estrela da Manhã tem ao longo de sua existência (fundado em 1979), desenvolvido ações em favor dos menos favorecidos e desamparados.

A rigor, o centro preenche as lacunas que as políticas públicas na área social não conseguem resolver. Destarte, entendemos, S.M.J., que a instituição é merecedora do reconhecimento de Utilidade Pública pelo Estado e contamos com o apoio de todos os Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 355/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O álcool etílico comercializado com graduação acima de 54º GL (cinquenta e quatro graus Gay

Lussac) e temperatura de 20º C (vinte graus Celsius) deverá ser comercializado unicamente em solução coloidal na forma de gel desnaturado e no volume máximo de 500 g (quinhentos gramas) em embalagens resistentes ao impacto.

§ 1º Para formulação que apresentem valores superiores ou igual a 68% p/p (sessenta e oito por cento, peso por peso), a viscosidade Brookfield RTV com Spindle número 4 (quatro) para 20 (vinte) rpm na temperatura de 25º C (vinte e cinco graus Celsius) deverá ser maior ou igual a 8000 cP (oito mil centipoise) e maior ou igual a 4000 cP (quatro mil centipoise) para valores inferiores a 68% p/p (sessenta e oito por cento, peso por peso).

Art. 2º As situações em desacordo com o disposto nesta lei, constituem infração sanitária, sujeitando o infrator às penalidades previstas na Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e demais normas pertinentes.

§ 1º As penalidade acima previstas serão aplicadas, pelo órgão estadual competente, bem como pelos órgãos fiscalizadores dos Municípios.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor em 180 (cento e oitenta) dias depois de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei encontra respaldo no consumo indiscriminado do álcool etílico pela população, motivo de graves acidentes, em especial domésticos, afetando não só as crianças, como também donas de casa de classe social menos abastada, que têm se utilizado do álcool líquido inclusive para cozinhar.

Segundo estatísticas divulgadas, no Brasil, cerca de 150 mil pessoas, por ano, são vítimas de queimaduras provocadas por acidentes com álcool líquido. Desse universo, 45 mil são crianças.

Com o objetivo de minorar o problema, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) editou em fevereiro de 2002, a Resolução (RDC) 46, proibindo a venda do álcool líquido 96º GL no País, o qual só poderia ser comercializado na forma de gel, a partir de 180 dias depois da edição da citada Resolução.

Esta ação causou a redução de 60% nos acidentes provocados pelo manuseio do produto nos meses anteriores à validade da medida, o que representou 90 mil adultos e 27 mil crianças a menos na lista dos queimados nos serviços de saúde.

A Resolução (RDC) 46, da ANVISA, não foi contudo validada, face a uma liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que em agosto de 2002, em Brasília, permitiu a Associação Brasileira de Produtores e Envasadores de Álcool (ABRASPEA) continuar vendendo o álcool líquido em drogarias, supermercados e outros estabelecimentos comerciais.

A venda do álcool gel seria de suma importância para o sistema de saúde brasileiro. Além de evitar o sofri-

mento das vítimas, a ausência de acidentes com o álcool etílico reduziria os gastos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Cumpra-se, ainda, o aspecto constitucional desta proposição, sendo assegurado ao Estado-Membro a competência para legislar sobre normas de consumo. A redação do artigo 24 da Constituição Federal, que estabelece a competência concorrente e em seu inciso V enumera expressamente “V - produção e consumo”, essa atribuição do Estado.

Em face do exposto e considerando os riscos oferecidos à saúde pública pelo uso do álcool líquido 96° GL no País, espero sensibilizar os meus nobres Pares no sentido de que seja proibido em caráter definitivo a comercialização do mencionado produto, só podendo fazê-lo na forma de gel.

PROJETO DE LEI Nº 356/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual autorizado a proceder outorgas das faixas de estradas do DER-PR para utilização da cultura de araucária para preservação da espécie em extinção.

Art. 2º Para que seja possível atingir o objetivo previsto, fica o Chefe do Poder Executivo Estadual autorizado a colocar todos os órgãos ligados à produção vegetal nas produções de mudas de espécie.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Eis o primeiro passo para recuperação de nossos ambientes naturais ociosos, que tantos benefícios já trouxeram ao povo paranaense, espaços reduzidos hoje a menos de 1% de sua área original seriamente ameaçada de extinção.

As faixas de patrimônio da União e do Estado que abrangem nossas estradas são de 50 a 100 metros do eixo das pistas - utilizadas em doze metros quanto pista simples; dupla, atingem até vinte metros, resultando em uma faixa ociosa em média, com segurança absoluta, de quarenta metros. Admitindo-se próximo a seis mil quilômetros de estradas, teremos área para uso permanente de preservação da espécie araucária de dez mil alqueires. Com isso, teremos certeza de que a espécie não correrá mais risco de extinção.

Com o plantio ordenado nas divisórias das propriedades, essas árvores servirão de moirões das cercas, ajudando na sua proteção e embelezamento de nossas estradas.

PROJETO DE LEI Nº 357/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa de Alfabetização Digital dos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJAS's), mantidos pela Secretaria Estadual de Educação (SEED).

Parágrafo Único. Por alfabetização digital a presente lei compreende o processo domínio da linguagem e acesso à informática e à internet, nas diferentes formas das tecnologias digitais e dos ambientes virtuais.

Art. 2º O Governo do Estado deverá disponibilizar os equipamentos de informática e de acesso à internet nos CEEBJA's.

Art. 3º A SEED-PR deverá disponibilizar os recursos pedagógicos para a alfabetização digital.

Art. 4º A SEED-PR deverá viabilizar os meios necessários para a inclusão nas propostas pedagógicas dos CEEBJA's de conteúdos e atividades que viabilizem a alfabetização digital.

Art. 5º A SEED-PR deverá qualificar os docentes que atuarão no processo de alfabetização digital.

Art. 6º O Programa de inclusão Digital do Paraná deverá implementar Telecentros Paranaevar nos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA's).

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a criar dotação própria para o custeio de instalações e funcionamento dos equipamentos, dos recursos pedagógicos e da qualificação docente previstos nesta lei.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.06.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Os Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA's) são escolas públicas, que ofertam a educação básica (Ensino Fundamental (equivalente a 1ª a 4ª séries e 5ª a 8ª séries) e Ensino Médio). Hoje instalados em 81 pontos do Paraná.

Os educandos e educandas que esta modalidade de educação compõe estão entre o segmento dos menos privilegiados, que porém buscam uma melhor condição de vida, ao retornar a escola numa época distinta daquela que se promove em condições regulares.

O presente projeto de lei, procura ampliar este processo, com a proposição da Alfabetização Digital nos

CEEBJA's, compreendendo-a como o processo de domínio da linguagem e acesso à informática e à internet, nas diferentes formas das tecnologias digitais e dos ambientes virtuais.

Neste sentido, a alfabetização digital, se faz necessário pelo menos pelos seguintes motivos:

a) enquanto direito de cidadania pelo acesso a um bem cultural necessário em nossa época. Atualmente muitos dos processos sociais e públicos se fazem de forma mais rápida e eficiente em ambientes virtuais, tais como acesso ao sistema bancário e comercial. Também o acesso a serviços e bens sociais, em particular, públicos são mais rápidos e eficientes quando acessados via internet ou com a operação de quiosques de ambientes virtuais;

b) enquanto um importante instrumento de conhecimento. A internet e os ambientes virtuais dispõem de imensos bancos de dados nas mais diferentes áreas, que podem ser acessados de qualquer ponto do planeta;

c) enquanto um importante meio de comunicação. As diferentes tecnologias disponibilizadas na internet permitem uma variedade de formas de comunicação para todos os fins;

d) enquanto um fundamental elemento de qualificação profissional num momento particular de reestruturação produtiva no qual o domínio básico das linguagens dos ambientes virtuais são condições básicas para a conquista de um posto de trabalho e exercício adequado de uma profissão ou para estabelecer em uma ação empreendedora de geração de renda.

Por isso, a alfabetização digital permite a ampliação da cidadania, a melhoria das condições de vida e a ampliação do desenvolvimento econômico, social e cultural do País.

A implementação dos Telecentros Paranavegar do Programa de Inclusão Digital do Paraná, virá a complementar este processo, pois permitirá a inclusão digital àqueles que buscam a retomada de uma vida escolar.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Barbosa Neto, no Pequeno Expediente.

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em nenhum momento a segurança pública viveu um caos tão grande como o que atravessa a cidade de Londrina. Esta crise tem suplantado inclusive os momentos mais difíceis em que nós tivemos índices altíssimos de pessoas que morreram vítimas da violência, principalmente nos crimes contra a vida.

Ontem, Sras. e Srs. Deputados, num dos pontos mais movimentados da cidade, uma churrascaria tradicional foi invadida por dois homens armados que logo na entrada renderam com uma espingarda calibre doze uma senhora que entrava com a filha para almoçar. Lá dentro mais de 25 pessoas entre clientes, funcionários e também colaboradores dessa churrascaria foram feitos reféns, inclusive sendo levados com bastante violência, a serem trancados em determinados cômodos da churrascaria e acabaram perdendo relógios, jóias, dinheiro e telefones celulares. Isso, em plena luz do dia, num domingo sagrado, dedicado à família!

Este é o reflexo do desdém que hoje os policiais estão sofrendo por parte da bandidagem que não respeitam mais a autoridade policial, já que ela é muito pequena para uma cidade onde a violência é galopante como na Cidade de Londrina.

Estamos fazendo mais uma vez esta constatação, porque realmente a situação está insustentável. Vejam que arrastões, assaltos à mão armada, extorsão mediante ameaça por telefone era algo incomum numa cidade como Londrina, mas agora é corriqueiro, está tomando conta da cidade e nós precisamos tomar alguma providência. Quando são vítimas dos assassinatos, principalmente as famílias humildes, elas não podem reclamar ou não têm a quem recorrer, mas, no momento em que pequenos comerciantes, no momento em que são vítimas da violência pessoas da classe média e da classe alta, parece que a sociedade se levanta diante destes fatos.

E é isto que estamos conclamando na tarde de hoje, Sr. Presidente! Eu estive há três semanas na casa de um amigo, Paulo César Suptil, comemorando o aniversário de um de seus filhos, num sábado à noite. Neste último sábado, nesta mesma residência, entraram marginais, renderam os quatro filhos; a menor, com três anos; o maior, com treze anos de idade, foram trancados num dos cômodos, e agora estão exigindo dinheiro para que eles não voltem a fazer uma outra visita nessa residência!

Em que mundo nós estamos? E pergunto, o que faz a polícia para combater tudo isso? Nada pode fazer, porque das 67 viaturas, apenas 23 estão em condições de rodar. As outras 44, estão no estaleiro! E a gente não vê movimentação por parte do Governo do Estado para tomar providência! Só falta agora assaltarem o Arcebispo de Londrina, o Comandante do 5º Batalhão, o Prefeito da Cidade, porque o resto já fizeram na cidade de Londrina!

É uma triste constatação que fazemos na tarde de hoje, e entendemos que, ou Londrina não tem respaldo por parte dos Deputados desta Casa ou o Governador tem algum tipo de problema com a cidade, porque não é possível! Pedimos à força-tarefa, Londrina não recebeu; foi para Foz do Iguaçu, Vila Torres, onde foi levada a bolsa da primeira-dama do Governo do Estado. Mas em Londrina, nada, até agora! Foi na semana passada a operação Guará, no Município de Guarapuava, mais de cem policiais!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O seu tempo está encerrado e o Horário da Liderança do seu Partido está requerido pelo Deputado Augustinho Zucchi com a anuência de V. Exa.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eminente jornalista, Dr. Aderbal, que nos contempla com a sua presença, grande lutador pela causa anti-tabagista no Brasil.

Hoje estamos aqui, para continuarmos a falar sobre um assunto que pode até ser cansativo para alguns, mas enquanto não tiver solução, não o será para nós.

Não vimos ainda o pedágio solucionado. O Governador que disse que baixa ou acaba, não baixou e não acabou com o pedágio. E ainda criou mais um pedágio da Lapa para Araucária, famoso pedágio do Paulo Furiatti. O Governador que disse que iria recriar o IPE, e não deu o aumento para o funcionalismo público, que ele dizia que tinha solução. Nada disso foi solucionado ou feito. Nenhuma proposta concreta estamos vislumbrando. E ele continua lá, na Granja do Cangüiri, destinando no mínimo duas horas do seu precioso tempo - tempo pago pelo povo do Paraná, porque ele sendo Governador e remunerado pelo Estado é pago pelo povo do Paraná - para andar a cavalo!

E o mais grave, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que leva para lá também alguns companheiros de trabalho e com isso o Governo fica mais defasado ainda, porque na sua cavalgada matinal ele consegue reunir sempre um grande número de pessoas que vão ao seu redor, certamente para fazer aquelas bajulações de praxe: “Governador, como está bonito o seu cavalo”. Ele tem um cavalo que denominou de Proletário. Mas o Proletário também se alimenta, certamente às custas do Governo. Talvez seja o único proletário neste País que tem a sua alimentação paga com o dinheiro público. Gostaria que o Líder do Governo, que os Deputados que defendem o Governo Requião nos dessem aqui uma explicação: quem é que paga alfafa para os vinte e tantos cavalos que o Governador Roberto Requião usa lá na Granja do Cangüiri? Quem é que paga os funcionários que tratam desses cavalos?

Pelo que nós estamos sabendo, é um custo altíssimo e o Governador Roberto Requião não é dado a arcar com custos altos no seu orçamento particular e como aqueles cavalos do seu patrimônio particular, não é justo que o dinheiro do erário público esteja servindo para comprar alfafa, aveia. Até cenoura, senhores, é dado aos cavalos do Governador, e nós ficamos a perguntar, se um funcionário público ficar andando à cavalo, duas horas por dia, se a repartição onde ele funciona vai lhe pagar o salário no final do mês, por inteiro.

O povo do Paraná quer saber agora quem paga os funcionários, os veterinários. Sei que até policiais militares têm lá, tratando de cavalo do Governador.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrado o seu tempo.

Concedo a palavra ao Deputado André Vargas.

(**Ausente**)

Concedo a palavra à Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaríamos de dizer que nesta manhã, em Londrina, antes de voltar para Curitiba, participamos de dois importantes eventos. Um foi uma homenagem, entrega da Comenda Ouro Verde ao Colégio Marcelino Champagnat, tradicional na cidade de Londrina, em que, quando abrigava o Colégio Vicente Rijo, nós lá estudamos, entre outros políticos, vereador também em Londrina, o médico Tercílio Turini e outros empresários. Muita gente passou por aquele colégio. Portanto, acho um importante reconhecimento da Câmara de Vereadores de Londrina a um colégio que foi, em recente pesquisa no Brasil, o oitavo colégio, por sua competência, capacidade e também o nível de conhecimento, de formação dos estudantes. Isto nos dá muita alegria porque este é o papel da educação e, sem dúvida nenhuma, quando há respeito dos Governos, como é o caso do Governador Roberto Requião em relação à educação e quando há a determinação dos professores, do colegiado, dos trabalhadores da educação, muita coisa boa pode e deve acontecer com a nossa escola pública.

Eu me senti honrada em representar esta Casa, junto com o Deputado Barbosa Neto que lá esteve também, num evento dessa natureza, num momento em que nos constrange saber que no país, há um grande número de estudantes que são analfabetos funcionais, ou seja, estudantes que não conseguem ler ou interpretar um texto adequadamente. Isso é uma questão muito grave, muito séria, e esta homenagem não foi apenas ao Colégio Marcelino Champagnat em Londrina; foi uma homenagem a todos aqueles diretores de escolas, professores que, de uma forma abnegada, competente, traduz e transforma a escola numa alavanca incondicional para a melhoria da qualidade de vida da população.

Parabéns ao Colégio Marcelino Champagnat.

Outra atividade, foi de manhã, no Calçadão, junto com a 2ª Companhia de Polícia Militar Rodoviária. Estava lá o nosso novo Comandante, o Major Mário Castro Palma, com o um grupo conversando com a população, informando à população que a responsabilidade da segurança é papel do Estado, é papel da polícia, mas também é papel do cidadão, fazendo uma campanha para que

haja respeito nos limites de velocidade, conversando com os motoqueiros, com as pessoas que trafegam com bicicletas e, também, falando de que maneira a população pode contribuir e ajudar a minimizar a questão dos altos índices de atropelamento e a falta de segurança de um modo geral nas cidades como um todo.

Então, esse novo conceito de cidade envolvendo a população organizada, todos os setores, as lideranças, o governo e a polícia militar e a polícia civil.

Como disse na semana passada, o Governo determinou através do nosso Secretário Delazari um encaminhamento de mais cem homens para a cidade de Londrina, novas motos, para que seja feita a segurança nos distritos. Isso resultando de uma reunião que fizemos com o Secretário, naquela cidade, e com lideranças da zona rural. Imediatamente, o Comando da Polícia Militar, junto com a Polícia Civil, através da determinação do nosso Secretário Delazari, já tomaram essas providências. Conversamos com o Secretário Delazari para encontrar um mecanismo de agilizar as questões das viaturas que são baixadas e que a burocracia muito grande, demora muito, emperra muito, o tempo é muito longo que elas sejam consertadas. Ele está estudando uma forma de abreviar esse tempo de maneira que o próprio comando tenha condições...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está esgotado o Horário de V. Exa.

Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Subo à tribuna na tarde de hoje realmente estarecido com o que leio na Folha de São: *“PT dava mesada de trinta mil a parlamentares, diz Jefferson”*. Esse Deputado Jefferson que foi da “tropa de choque” de Fernando Collor de Mello, dá uma entrevista dizendo que o tesoureiro do PT, Delubio, era o responsável e que ele teria relatado essa questão a alguns ministros, inclusive ao próprio Presidente da República.

Sras. e Srs. Deputados, estamos diante de uma situação extremamente grave no Brasil. Certamente há algum tempo essa história vem se alongando e o Governo tentando protelar as CPI's do Denis, depois outras denúncias graves tentando protelar, protelar e protelar e agora o Governo joga pesado para que não seja fiscalizado, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque aí, sim, dá visibilidade para que a imprensa acompanhe os fatos. Estamos diante de um quadro de grande corrupção neste País. E este é o grande mal que assola o povo brasileiro, o que não esperávamos, jamais, ver chegar aonde chegou este governo! E, sinceramente, temo pela sua estabilidade.

Certamente é esperado do Presidente da República ainda hoje uma imediata ação ou reação: demitindo todos

aqueles sobre quem pairam suspeitas para que o próprio Governo possa continuar o seu governo. É extremamente grave, Sras. e Srs. Deputados, as denúncias que tem este Presidente do PTB, Roberto Jefferson.

As denúncias que pesam sobre ele, que vai contra o Governo quase por inteiro e nomina: avisei o Ministro tal, avisei o Presidente, o outro Ministro e vai o Governador de Goiás na televisão e diz: falei inúmeras vezes ao Presidente da República que isso estava acontecendo dentro do Congresso Nacional. As notícias da “boca pequena” evidenciam que o Governo está no meio de um mar de lama de corrupção. E olha uma frase que se diz aqui, “é preferível dar um troco para essa rapaziada do que dar-lhe o poder”. E o nosso povo brasileiro passando dificuldades, não tendo investimentos na área do crescimento econômico, não tendo investimento do Governo no essencial para a vida, para o progresso da nossa economia! Ver estampado em todos os jornais e manchetes, todos os canais de televisão mostrando esse alto índice de corrupção que acho que jamais a história do Brasil contou.

Será que estamos de novo diante de um novo caso “Collor de Mello”? Será que o nosso Presidente vai reagir e vai demitir aqueles que precisam ser demitidos e colocar ordem na casa para fazer com que a democracia e as nossas Instituições não sejam abaladas?

Muito obrigado!

Grande Expediente (Reservado a TV Bandeirantes Curitiba):

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Grande Expediente de hoje, conforme requerimento aprovado por unanimidade por esta Casa, será dedicado ao trabalho que a TV Bandeirantes do Paraná, a Band Curitiba fez em defesa dos mananciais e promoção e coleta seletiva do lixo.

É com muita honra que nós recebemos aqui o Dr. Adherbal Fortes de Sá Júnior, Diretor Geral da TV Bandeirantes; Dra. Lídia Di Francesco Ramalho, Diretora Administrativo Financeiro; Dr. Vicente Gurski, Diretor Comercial; jornalista João Beltrão, Diretor de Jornalismo, além do nosso amigo e companheiro jornalista José Ville, que vai ser o apresentador do trabalho feito pela Bandeirantes.

Como ontem foi o Dia Mundial do Meio Ambiente, vamos lembrar que temos ainda um longo caminho a percorrer, mas temos também que comemorar. O projeto Pé no Rio, da TV Bandeirantes Curitiba, é uma boa idéia que está dando certo.

Assim, esta Presidência sente-se honrada em saudar a equipe responsável, na pessoa do jornalista Adherbal Fortes de Sá Júnior.

A preocupação desta Casa é a mesma de toda a sociedade. Buscamos sempre novas soluções para a questão ambiental. Buscamos o equilíbrio possível entre o

desejado desenvolvimento humano e a necessária preservação de nossos recursos naturais.

O Pé no Rio nos mostra que a boa informação é uma ferramenta a favor de todos nós. Elevar o nível de consciência da sociedade sobre o meio ambiente é uma missão nobre, que deve ser celebrada.

Parabéns à Band de Curitiba e a toda equipe responsável pelo projeto.

Com a palavra o jornalista e apresentador José Wille.

É projetado o texto no telão:

“Is it possible for business to act for the greater good while building the bottom-line?”

It's not only possible - it's good business! The Center for Business as an Agent of World Benefit encompasses a number of activities, all devoted to the healthy advancement of business in society. The Center brings together work that fosters sustainable enterprise, social entrepreneurship, cooperation, and global action.”

Sr. José Willie (Jornalista e Apresentador)

SR. JOSÉ WILLE

Nós aqui na Band, sempre fizemos uma pergunta, que está sendo feita por empresários do mundo e também é tema deste site da BAWB, ONG que discute o papel das empresas como agentes em prol do benefício mundial.

É possível para a empresa trabalhar em projetos sociais e ao mesmo tempo garantir no final do ano o resultado esperado pelos acionistas?

Não só é possível como dá um bom programa.

A TV Bandeirantes do Paraná, a Band Curitiba, conseguiu reunir consultores, professores universitários, estudantes de curso superior e de nível médio, jornalistas e equipes de vídeo.

Todos juntos para desempenhar ações comunitárias, de responsabilidade social, num projeto de educação ambiental e aventura.

(Apresentação do vídeo Roda Pé no Rio 2005)

(Entra imagens de cada exemplo citado)

A Band sempre defendeu a idéia de que televisão - principalmente a TV aberta - existe para entreter, informar e servir.

(Entra imagens do jogo do Campeonato Espanhol deste final de semana)

Quando exibe o duelo dos Ronaldos no clássico Barcelona e Real Madrid, oferece entretenimento.

(Entra imagens de uma abertura do Nascimento)

(Em seguida entram imagens do Jornal da Band)

Jordana fala:

Quando coloca no ar o Jornal da Band e o Bandcidade está informando - e também adicionando à informação uma dose necessária de análise e de crítica.

(Entra imagens da vinheta do Pé no Rio)

Jordana fala:

E quando reinventa o Band Pé no Rio está defendendo o interesse público.

Por que o Band Pé no Rio foi reinventado em Curitiba?

(Entra imagens do Pé no Rio de SC)

Jordana fala:

Porque o projeto nasceu no Oeste de Santa Catarina, com sua paisagem, suas cidades de porte médio, seu empreendedorismo.

(Entra imagens de Curitiba)

Curitiba é diferente de qualquer cidade catariense.

Os Curitibanos costumam achar que sua cidade é diferente de qualquer outra no mundo.

Pela cultura multicolorida, Multivariada, Multiétnica, e pela demografia.

(Entra imagens de rios sujos e problemas ambientais)

Mas a explosão urbana gerou problemas ambientais difíceis de superar sem a contribuição de todos.

O caso dos mananciais é típico.

Os rios estão na Grande Curitiba e sua gestão fica dividida entre governos municipais e o Estado.

(Entra imagens de esgoto e invasões)

Mas os Governos não conseguem resolver o problema dos rios ameaçados por invasões e por esgotos industriais.

(Entra imagens do debate do Pé no Rio 2004 com os estudantes)

Então, em 2004, a Band convidou as universidades públicas e particulares para participar desse debate.

E também as escolas públicas de segundo grau, o Ministério Público, os órgãos ambientais, emissoras de rádio...

(Entra imagens do Pé no Rio 2005)

Nasceu então o Band Pé no Rio que, depois de mostrar o certo e o errado em 2004, lançou o desafio de envolver as comunidades na defesa do meio ambiente em 2005.

Uma tarefa feita com sucesso que começou com o lançamento de uma grande campanha para limpar um pequeno rio num dos bairros mais tradicionais de Curitiba.

(Roda Pé no Rio 2005 - ações ambientais deste ano)

O Band Pé no Rio descobriu que a poluição está se agravando sem que a sociedade saiba como reagir.

(Entra tela com a palavra: GOVERNO)

Existem os governos, com seus poderes institucionais para gerenciar o ambiente.

(Entra tela com a palavra: Ministério Público)

Existe o Ministério Público, com a missão constitucional de proteger os interesses coletivos.

(Entra tela com a palavra: ONG)

Existem organizações não governamentais, que trabalham em várias frentes, com a intenção de melhorar o ambiente.

(Entra tela com a palavra: CIDADÃO)

E existe o cidadão comum, autor e vítima de crimes ecológicos.

(Entra tela com a palavra: TV)

No meio deles, fazendo parte de seu dia-a-dia, está a televisão, com sua ilimitada capacidade de apresentar problemas e sugerir soluções.

Não é difícil imaginar a TV como a arma poderosa para liquidar com a poluição.

Desde o ano passado, o Band Pé no Rio fez do meio ambiente a principal pauta de nossos telejornais.

De janeiro a junho, boletins diários apresentaram denúncias e soluções para várias questões ambientais.

O tema meio ambiente ganha uma relevância absoluta.

(Entra tela com os números da Assembléia)

Só aqui na Assembléia Legislativa, nas últimas três legislaturas, foram apresentados 98 projetos de lei relacionados ao meio ambiente. Tema que ganhará ainda mais destaque no ano que vem.

(Entra tela com a frase: Conferências das Nações Unidas)

Curitiba se prepara para sediar, em março, as conferências das Nações Unidas sobre Biodiversidade e Biosegurança, que acontecem pela primeira vez no Brasil.

(Entra tela com os números: 80 Chefes de Estado - 196 países - US\$ 30 milhões)

Os dois eventos vão reunir seis mil representantes; entre eles, 80 Chefes de Estado de 196 países, o deve movimentar na cidade cerca de trinta milhões de dólares.

(Entra tela com a frase: "...onde há medidas e ações voltadas para a preservação do meio ambiente" - Ministra Marina Silva)

Curitiba foi selecionada para sediar as duas conferências da ONU por sua infra-estrutura e por ser considerada uma cidade ecológica, onde há medidas e ações voltadas à preservação do meio ambiente.

(Entram as logos dos quatro patrocinadores)

O Band Pé no Rio está entre estas ações. Um programa que só se tornou realidade porque quatro empresas acreditaram no projeto da TV Bandeirantes de que é possível investir no social sem abrir mão da lucratividade, que gera empregos, riquezas e renova a capacidade de investimento.

A Band pensa que está na hora de fazer com que haja uma maior participação pública na formulação de políticas ambientais.

Acredita que é preciso fortalecer a atuação dos Comitês de Bacia na cobrança pelo uso ou poluição da água.

(Entra tela com a frase: participação da sociedade)

Está convencida de que só a participação da sociedade - de toda a sociedade - dará segurança aos mananciais e evitará a antecipação de grandes investimentos, como ir buscar água a mais de sessenta quilômetros de Curitiba.

(Entra imagens de alguma mobilização de moradores do rio Tarumã)

Esta questão crucial pode ser resolvida com ajuda dos veículos de comunicação de massa colocados a serviço dos moradores das regiões ameaçadas.

(Entra em tela o mapa do Brasil)

Nosso sonho é que o modelo que está nascendo aqui sirva para outras regiões metropolitanas.

Em Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Manaus e Brasília vivem 30% dos brasileiros.

Aqui está a maior parte do déficit de saneamento básico.

(Entra a logo do Band Pé no Rio)

Este é o nosso sonho - oferecer uma fórmula para reduzir o drama dos brasileiros que lutam por água de boa qualidade e por banheiros dentro de casa.

Contribuir para a inclusão social dos 250 mil favelados de Curitiba e dos milhões de brasileiros sem acesso à habitação e ao saneamento básico.

Sonhamos grande - mas nenhum sonho é tão grande que não caiba na tela da sua televisão."

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Na ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente, quero cumprimentar esse grande jornalista José Willie, e à BAND, pela iniciativa, e certamente, se houvesse união de todos os veículos de comunicação, tornaríamos a questão ambiental uma preocupação coletiva.

O sonho maior do meio ambiente em Curitiba é recuperar os rios de Curitiba, da região metropolitana, os mananciais. Eu lembro do programa PROSAN, que foi contratado pelo Governo do Paraná em 1990, que era exatamente para relocar aquelas famílias que viviam às margens desses rios. Esse dinheiro, basicamente, se transformou em projeto e não em execução de obras.

É preciso dizer que SANEPAR contribui, de forma extraordinária, para a poluição dos rios, tendo em vista que o esgoto ou parte dele acaba dentro dos rios. Falando de Governo, infelizmente, Willie, nós constatamos no Paraná e no Brasil que os Governos, basicamente, são governos de propaganda de televisão e pouca ação.

Seria perfeitamente possível com os empréstimos contraídos pelo PROSAN, por exemplo, na região metropolitana. Naquela época, foram carimbadas mil e setecentas casas, numeradas para serem relocadas a um lugar adequado, onde o manancial freático não é poluído, causador maior de doenças para nossas crianças, filas em nossos postos de saúde, por questão de famílias morando em lugares inadequados.

Para resumir, quero cumprimentar à Band, mais uma vez, e conclamar, neste momento, às outras emissoras.

ras de rádio e televisão, imprensa escrita, falada e televisada, e a todo cidadão para prestar atenção na questão ambiental porque ela é fundamental para o futuro dos nossos filhos e netos. Queremos, para o futuro, o ar que respiramos hoje, queremos a água retirada dos nossos mananciais em torno de Curitiba. Não imaginamos de ir buscar água lá no Capivari que vai custar muito mais para o povo do Paraná, porque terá que pagar uma água muito mais cara, já que terá um custo maior.

Quero dizer aos senhores da BAND, para concluir, que esta Casa sempre debateu a questão ambiental com muito carinho. Hoje, ainda, estamos a votar o projeto do passivo ambiental. A empresa que se instalar, aqui, no Estado do Paraná e que deixar um passivo ambiental terá que recuperá-lo, porque o Governo não ficará mais com esse ônus, depois de aprovado esse projeto.

Era isso. Meus parabéns à BAND e todos que se preocupam, de uma outra maneira qualquer, em prol do meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Peço aos companheiros Deputados que obedeçam à determinação de três minutos para cada parlamentar.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, jornalista da BAND, nosso amigo Dr. Adherbal Fortes, José Willie e mais a equipe que dirige essa grande rede de televisão:

Queremos parabenizá-los pela idéia, pelo empreendimento, pela abertura que se faz em defesa da causa do meio ambiente. Ao mesmo tempo em que elogiamos a BAND, queremos fazer críticas à SANEPAR e ao Governo do Estado pela omissão, pela negligência.

Quero deixar registrado, Sr. Presidente, Srs. Deputados e povo do Paraná, que a SANEPAR cobra a água e um valor praticamente igual pelo esgoto; no entanto, não tem uma equipe de fiscalização para ver quem é que não utiliza a rede de esgoto e joga o esgoto nos mananciais, nas galerias fluviais, poluindo as nascentes dos nossos rios. Poluir as nascentes é ainda mais grave, porque a quantidade de água já é pouca e aí vem o grande volume de esgoto e contamina por inteiro, matando praticamente a flora e a fauna das nossas nascentes e dos nossos rios.

Nós temos o Rio Palmital, que corta o fundo da Vila Zumbi; nós temos este mesmo rio que vem dividindo Colombo, Piraquara e depois entra por Pinhais e vai desaguar no Iguaçu. Este pequeno manancial é altamente poluído, e estamos ouvindo discurso de despoluição desde a época do primeiro Governo do atual Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Ele foi lá agora na Vila Zumbi e assinou um apoio à iluminação pública, a taxas baratíssimas de ligações

para acabar com os “gatos” que havia lá. No entanto, com relação a meio ambiente, nada foi feito.

A SANEPAR precisava, sim, se ela utiliza-se do Rio Iguaçu, precisava ajudar a despoluir e investir lá também, porque o problema social criou um caos ambiental em determinadas regiões de Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, Deputado Augustinho Zucchi.

Deputado Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Deputado Hermas Brandão, nosso Presidente, ao saudá-lo gostaria de cumprimentar a todos os Deputados e Deputadas.

Bem rapidamente, não vou usar nem os três minutos que me são concedidos para fazer esta falação, gostaria de parabenizar a BAND por este projeto inovador e por esta preocupação de ajudar a minimizar os problemas ambientais, não apenas de Curitiba, não apenas do Paraná, mas também do Brasil, porque uma iniciativa como esta, obviamente faz referência para outros Estado do nosso País. E, uma rede de televisão quando se propõe a trabalhar desta forma, na preocupação ambiental, tenho certeza absoluta que além de servir de referência, multiplica as ações positivas no combate à questão dos problemas ambientais.

E dizer, que esta Casa, como foi ressaltado pelo jornalista Willie, tem tido, ao longo dos tempos, essa preocupação.

Quero aqui aproveitar a oportunidade para parabenizar todos os Deputados que apresentam projetos de lei que visam melhorar a nossa situação ambiental. E também aproveitar para parabenizar aqueles que têm êxito, como é o caso do Deputado Neivo Beraldin que com um projeto de lei teve a oportunidade de fazer valer através de uma lei, um diferencial importante para a questão ambiental.

Então, parabéns aos jornalistas, à BAND, por este projeto e parabéns a todos aqueles que se preocupam com a questão ambiental porque acho que é uma questão de segurança nacional. É uma questão de garantia das próximas gerações.

Agora, é preciso também sair muitas vezes da retórica e trabalharmos praticamente para que, com medidas práticas, possamos minimizar os problemas ambientais.

O principal fator, na minha opinião, para que possamos chegar a um entendimento e melhorar a questão ambiental no nosso País, é a conscientização e por isso os meios de comunicação têm esse papel extremamente importante.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Por ordem de inscrição, Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Neste momento cumprimento ao Diretor-Geral da BAND, o Sr. Adherbal Fortes de Sá Júnior, jornalista José Willie, também a Lídia Di Francesco Ramalho, Diretora Administrativa - Financeira; o Sr. Vicente Gurski, Diretor Comercial; João Beltrão, Diretor de Jornalismo e toda a equipe da BAND, todos os trabalhadores dessa grande emissora de TV.

Eu fico muito satisfeita em ver uma televisão, como a BAND, com a responsabilidade de se integrar e somar força com todos aqueles que em nosso País trabalham para tentar salvar o que nos resta dessa natureza tão judiada por décadas, por séculos, eu diria.

Portanto, a BAND está fazendo a sua parte. Quando vemos no filme Pé no Rio, como foram mostrados, essa moçada jovem, esses meninos, rapazes e moças com esse entusiasmo e essa determinação, é uma coisa que nos comove e mostra que estamos no caminho certo. Tentar salvar a natureza, resgatar a nossa biodiversidade, salvar a biossegurança, é uma tarefa de todos os brasileiros, empresários, instituições e organizações.

Vejo isso como uma alegria muito grande, porque todos nós sabemos, Dr. Fortes, a força que tem um veículo de comunicação como a televisão, e o que ela é capaz de fazer. O que de forma comum somos capazes de fazer em um ano, ou dois, ou dez, a televisão pode construir em minutos, em horas, pela penetração, pela forma como ela se coloca e pelo poder que ela exerce sobre as pessoas.

Quero cumprimentar a todos e dizer que é isso mesmo, que são os governos constituídos, os empresários, os veículos de comunicação e toda a população brasileira, que juntos haveremos de reverter essa situação e garantir para as gerações futuras, que elas tenham de fato uma qualidade de vida melhor do que a que estamos tendo agora, com tudo o que já perdemos.

Parabéns por trazermos para cá essa grande Conferência da ONU, que vai discutir temas tão importantes.

Mais uma vez, reafirmo e reforço, as televisões, especialmente a Bandeirantes, são um instrumento extraordinariamente forte e poderoso nessa luta, para preservação da nossa natureza. Parabéns! Vocês sabem que podem contar sempre com a Assembléia Legislativa.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Da mesma forma, eu gostaria nesta tarde de cumprimentar o Sr. Adherbal e em seu nome toda a diretoria e também os funcionários da Bandeirantes e registrar aqui o meu carinho especial. Fui colega de trabalho do Adherbal e de muitos profissionais da TV Bandeirantes, na época, TV Curitiba, Canal 2. Tivemos o prazer de lado a lado trabalharmos juntos. Há pouco conversávamos sobre o trabalho e a influência da televisão, do veículo de comunicação e do poder que exerce sobre a população.

Parabéns por essa iniciativa. Parabéns em proporcionar à população e levar esta mensagem ao conhecimento e também a preservação do meio ambiente. Muito obrigada, pela sua visita.

Parabéns mais uma vez à TV Bandeirantes e à Rede Bandeirantes de Televisão, com um carinho especial da Deputada Cida, do Presidente e demais Deputados, a toda a equipe de televisão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Peço aos Srs. Deputados que respeitem a ordem de inscrição.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Presidente, eu também gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. também está inscrito.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de uma forma muito especial cumprimentar o Sr. Adherbal Fortes, Diretor da TV Bandeirantes de Curitiba, e por que não dizer do Paraná, do José Willie, do nosso repórter e de toda a equipe da televisão, por essa iniciativa de levar para o Paraná esse Programa Pé no Rio.

A questão do meio ambiente é séria e o mundo praticamente sabe, ao menos os mais esclarecidos, que a maior crise do Universo não é a crise econômica, não será a crise de guerra, mas, sim, será a crise da falta de água. O que precisamos fazer? E, principalmente quem tem o poder da mobilização, que é a imprensa do nosso País, conscientizar a população da necessidade da conservação do meio ambiente, protegendo-o através de campanhas educativas, através das nossas crianças que estão hoje nos bancos escolares? Fazer com que os adultos de amanhã possam, efetivamente, aprender hoje nos bancos escolares, e os adultos de hoje aprenderem através da comunicação, através da televisão, que, sem sombra de dúvida, é o grande canal de comunicação e de convencimento da própria sociedade do Brasil, das campanhas que se fazem necessárias?

Quero parabenizar os Diretores e a TV Bandeirantes do nosso Paraná por essa iniciativa e na certeza que essa campanha não termina apenas em uma campanha encetada, mas que ela tem uma continuidade, porque nós sabemos hoje que a própria FAEP, a própria OCEPAR, que representam o setor produtivo do nosso Estado do Paraná, já fazem essa campanha, aquele Agrinho, que em parceria com outras grandes empresas, envolvendo milhares de crianças do nosso Estado do Paraná, do ensino fundamental de primeira a quarta séries, das mais diversas campanhas. E agora a TV Bandeirantes,

entrando nessa questão também, tenho certeza que possamos conscientizar toda a sociedade do Paraná através dessas campanhas educativas.

Concluindo, acho que a conscientização está nas crianças que hoje estão nos bancos escolares. Parabéns, TV Bandeirantes, por essa iniciativa, através do seu Diretor, o Adherbal, o José Willie e toda a equipe desse meio de comunicação.

Sucesso!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Stica.

Deputado Natálio Stica (PT)

O SR. NATÁLIO STICA

Obrigado, Sr. Presidente!

Quero fazer a minha saudação ao amigo Adherbal Fortes pela sua apresentação no programa Band Pé no Rio, que já conhecemos e temos um orgulho e um carinho muito especial, porque ele traz à TV Band aqui do nosso Estado uma preocupação com o meio ambiente e em especial com as águas, que são, sem sombra de dúvida, o bem do século, o bem do milênio.

Nós temos, Adherbal, o maior rio do Estado do Paraná, que corta de leste a oeste, que é o rio Iguaçu, que infelizmente já nasce morto. Nasce aqui no pé da serra e atravessa Curitiba completamente poluído, inclusive com poluição recebida, parte dela, da SANEPAR, que estamos também já tomando providências no sentido que cumpra o seu papel. Mas, infelizmente, a água não é tratada como deveria, pela escassez que chega e pela riqueza que é. Sobreviveremos sem o petróleo, mas não sobreviveremos sem a água.

Portanto, a Band está de parabéns! Transmita a toda a sua equipe, Adherbal, o nosso carinho e nosso abraço! Ficamos felizes em saber que temos aqui um veículo de comunicação com uma preocupação tamanha.

Quero aproveitar, inclusive, para te dar como notícia de primeira mão, porque acabei de protocolar na Mesa, hoje, porque o dia em que nós comemoramos foi ontem, mas a Assembléia comemora o Dia do Meio Ambiente hoje, nesta Sessão, e protocolamos um projeto que diz: “fica instituído no Estado do Paraná o Programa Estadual de Arborização e Preservação da flora nativa na faixa de domínio das rodovias estaduais, com prevalência do plantio de araucária”.

Esse projeto não saiu da minha imaginação; recebi do famoso arquiteto paranaense, nos seus 83 anos de idade, mas em plena capacidade intelectual e física e trabalhando em prol do Paraná, Lolo Cornelsen. Lolo Cornelsen apresentou-me essa idéia e nós transformamos em projeto. São mais de quatro mil quilômetros de rodovias e se contarmos as que são cedidas, poderemos ter oito mil quilômetros na faixa de domínio, respeitando a faixa de segurança aonde o Governo do Estado poderá plantar então as matas nativas e preferencialmente araucárias.

Concluo, Sr. Presidente. Agradeço. Tem mais oradores, e parabeno mais uma vez, em meu nome e em nome de todos os Deputados desta Casa, porque a Band dá o seu exemplo e faz a sua parte.

Transmita a toda a sua equipe os nossos votos de felicidades e parabéns.

Obrigado, amigo Adherbal.

Deputado Ratinho Júnior (PPS)

O SR. RATINHO JÚNIOR

Sr. Presidente, igualmente aos demais Deputados, gostaríamos de parabenizar a Rede Bandeirantes de Comunicação aqui do Estado do Paraná, pelo trabalho que vem desempenhando com este programa Pé no Rio, incentivando, principalmente, as futuras gerações que estão por vir, para que preservem a nossa mata ciliar, os nossos rios.

Nós que somos defensores já desde a minha família, isto já vem de há muito tempo, aonde fazemos um trabalho de repovoamento. Em 2001 nós tivemos a oportunidade de jogar no Rio Ivaí mais de um milhão e meio de alevinos para que fosse repovoado o rio, e apresentamos este projeto logo no início do Governo Requião para o Secretário Orlando Pessuti e depois de dois anos esse projeto veio a ser implantado, que já foi jogado no Rio Laranjinha - no final de semana estivemos novamente em São João do Ivaí jogando mais de quinhentos mil quilos de peixe - pacu, piapara, dourado, que foi um trabalho fantástico e sem dúvida alguma, o Pé no Rio, programa da Rede Bandeirantes está de parabéns porque ajuda a fazer com que esses programas, feitos ou pela iniciativa privada, como sabemos que têm muitos empresários que investem na área de ecologia, na área do meio ambiente, mas também como o Governo do Estado, o Governo Federal e os Governos Municipais, façam com que fortaleça este trabalho, principalmente através dos jovens que estão por vir, as pessoas criem a conscientização da importância do meio ambiente, principalmente também até os pecuaristas, os agricultores, para que preservem as nossas áreas de reflorestamento de mata ciliar e assim por diante.

Então, estão de parabéns a Rede Bandeirantes, os seus Diretores, os proprietários que realmente fazem com que o nosso meio ambiente continue a ser preservado no Estado do Paraná este fortalecimento.

Muito obrigado e parabéns.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Adherbal Fortes, é uma satisfação muito grande poder a iniciativa privada, esta emissora de televisão e todo o seu grupo, numa campanha de educação, trabalhar no sentido da preservação do meio ambiente.

Eu vivo na região dos Campos Gerais, na cidade de Ponta Grossa, que vive uma grande polêmica na criação dos famosos Parques Nacionais, onde, todos que lá moram e que são proprietários de áreas que vão fazer parte desse grande parque, são a favor da preservação, tanto é que preservaram no decorrer das últimas décadas e deu a condição de se formar unidades de conservação lá dentro da região dos Campos Gerais. Mas, ao mesmo tempo que eu vejo um programa tão importante quanto este da TV Bandeirantes, eu vejo as ações de órgãos governamentais destruindo o meio ambiente.

Nesta semana que passou, Sr. Adherbal, tivemos, um pouco antes, na semana de Corpus Christi, na quinta-feira, feriado, a cidade descansava, tivemos pela manhã, na cidade de Ponta Grossa, um parque que existia no coração da nossa cidade ser derrubado por ações da iniciativa privada, com uma autorização do IAP - Instituto Ambiental do Paraná, que autorizou o corte de 34 árvores nesse parque! E lá existia seis imbuías, doze cedros-rosas, dez canelãs, dois miguel-pintados, um louro-pardo e três puvuatã.

Quer dizer, derrubaram 34 árvores, árvores centenárias - as imbuías com mais de duzentos anos, foram derrubadas por uma autorização do IAP, órgão ambiental do nosso Estado do Paraná.

Então, é para vermos, enquanto a TV Bandeirantes trabalha no sentido de educar a população do Paraná como um todo para preservar, vemos a entidade que tem a obrigação de cuidar do corte das árvores, da preservação da natureza, que tem obrigação de cumprir uma lei para que se possa preservar o meio ambiente, autorizando a derrubada de árvores em um parque no coração da cidade de Ponta Grossa! Mais ou menos assim: imaginem o Parque Barigüi, Sr. Presidente, numa manhã de feriado, acordamos com as moto-serras roncando e derrubando todas as árvores que lá existem. Tem alguma coisa errada nos órgãos ambientais. E é muito importante a iniciativa privada trabalhar, porque ela trabalha numa linha correta, numa forma tal que vem em defesa do meio ambiente.

Parabéns pelo seu movimento e com certeza vi na nossa cidade de Ponta Grossa, condenando, derrubando e aniquilando árvores centenárias no coração da cidade de Ponta Grossa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Justus.

Deputado Nelson Justus (PFL)

O SR. NELSON JUSTUS

Sr. Presidente, caríssimo jornalista Adherbal, seja sempre bem-vindo a esta Casa, como bem-vindas sejam iniciativas como esta.

Não quero me tornar repetitivo, até porque aqui a unanimidade é plena, mas há um fato que é muito importante, se só esta campanha conseguir fazer com que as

pessoas liguem os esgotos das suas casas ao esgoto da SANEPAR, não deixando que eles corram através das águas fluviais, a campanha já será vencedora. São Paulo está numa campanha extraordinária, unindo o Governo do Estado e a Prefeitura, para despoluir o Rio Tietê. O mecanismo que São Paulo está usando é exatamente os meios de comunicação, a televisão. Não existe agora um intervalo de qualquer televisão em São Paulo, que não fale hoje da campanha da despoluição do Rio Tietê através da ligação das casas dos usuários ao esgoto da SABESP.

Portanto, tenho que cumprimentar uma iniciativa particular como essa, e clamar para que o Governo faça o mesmo. Temos, jornalista Adherbal, no Paraná, cidades com 100% de esgoto e os rios continuam poluídos, porque não há essa ligação, não há essa participação de toda a comunidade, de toda a sociedade num caso como este. E o caminho é justamente através da imprensa e toda a sociedade organizada.

Meus parabéns, felicidades, sucesso realmente, e que o Paraná e esta Casa recebam iniciativas como estas de braços abertos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcos Isfer, último orador inscrito.

Deputado Marcos Isfer (PPS)

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para parabenizar o Dr. Adherbal Fortes pelo trabalho que faz na Bandeirantes com esse programa *Pé no Rio*, envolvendo universitários, envolvendo a juventude, fazendo a conscientização da boa conservação ambiental. Temos dito sempre que a conservação ambiental tem que ser feita pelo lado positivo, e é isso que a Band faz com esse programa, fazendo com que os jovens participem ativamente, e que a população venha a dar o seu apoio a todas as ações. Todas as vezes que o poder coercitivo entra em ação tentando obrigar alguém a entender um projeto, é muito difícil. Desta forma, a Band *Pé no Rio* está coerente com o que acreditamos. Preservação e conservação do meio ambiente é uma questão de consciência e uma questão de valorização do ser humano.

E estaremos, nesta quarta-feira, realizando um fórum sobre gestão de recursos hídricos, porque entendemos que não só a conservação é importante, mas é também muito importante que comecemos a pensar em mecanismos que nos propiciem termos, pelos próximos dez, vinte anos, uma boa água para a nossa população.

Então, parabéns por todo esse projeto que está sendo desenvolvido. Foi muito feliz a Assembléia Legislativa em dedicar este espaço de hoje para ouvirmos a forma como a Band está desenvolvendo esse programa de conscientização ecológica.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Temos a honra de conceder a palavra ao Diretor-Geral da TV Bandeirantes, Dr. Adherbal Fortes Sá Júnior, que muito nos honra com a sua presença nesta Casa, hoje.

Sr. Adherbal Fortes Sá Júnior (Diretor Geral da TV Bandeirantes)

O SR. ADHERBAL FORTES

A Band Curitiba e a Rede Bandeirantes de Comunicação desejam agradecer ao Presidente Hermas Brandão e a todos os Srs. Deputados, o espaço que estão nos concedendo e a oportunidade de fazer o que estamos fazendo hoje. Nós estamos prestando contas. Aqui é a Casa do Povo e a questão da água, nós estamos muito convencidos que é uma questão que, se todo mundo for envolvido e todo mundo tomar uma atitude, nós vamos resolver. Se nós não fizermos isso, nós vamos tomar água de fora da Região Metropolitana, porque ali apareceu o Palmital, que era um manancial e foi cortado; o Atuba, que é manancial, está para ser cortado. Os índices de poluição, dos rios isso nós verificamos o ano passado e verificamos nesses seis primeiros meses, - não baixaram, as invasões não foram debeladas.

Foi muito bem observado aqui, a contaminação existe em locais onde existe a rede de esgotos e há ligações clandestinas, jogando o esgoto no rio. Isso é uma atitude que a sociedade vai ter que tomar e que a televisão, que é uma concessão de serviço público, tem obrigação de apoiar.

As universidades que estão participando do “Pé no rio” têm dado uma contribuição muito valiosa para medir a quantidade de poluição e encaminhar soluções para o problema.

Eu acredito que, usando a televisão como um espaço público para discutir essa questão do saneamento, nós estamos cumprindo a nossa obrigação e vamos dar uma importante contribuição para a solução desse gravíssimo problema.

Muito obrigado a todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mais uma vez agradecemos a presença do Sr. Adherbal de toda a sua equipe de TV Bandeirantes e falar da nossa satisfação em tê-los aqui hoje nesta tarde.

Suspendo a Sessão por três minutos, para os cumprimentos.

(**Está suspensa a Sessão**)

Horário das Lideranças

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passamos ao Horário das Lideranças.
PPS.

(**Declina**)

Liderança do PDT.

Com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero chamar a atenção desta Casa para uma iniciativa sem precedentes ocorrida na última sexta-feira, dia três de junho, em Pato Branco e vários Municípios do Sudoeste do Estado, região que tenho a honra de representar na Assembléia Legislativa.

Por iniciativa de empresários e industriais da região, insatisfeitos com a política econômica do Governo Federal, foi promovido o Dia de Luto da Indústria do Sudoeste do Estado. O ato teve a adesão de mais de mil empresas e organizações de Pato Branco, Palmas, Dois Vizinhos, Chopinzinho, com o apoio da Coordenadora da FIEP - Federação das Indústrias do Paraná.

Aliás, a Coordenadoria Regional da FIEP é exercida pelo empresário Cláudio Petrycoski, proprietário da empresa Atlas Eletrodomésticos, que tem participação muito grande nas lutas de todas as empresas do Sudoeste do Paraná, reconhecido no Estado através da Federação das Indústrias com inúmeras premiações e também da Confederação Nacional da Indústria em premiação que recebeu pelo desempenho da sua empresa no nosso Estado, no nosso País.

Mas, no seu dia de luto, como ficou convencionalizado, as Indústrias e as empresas reclamavam contra o excesso de carga tributária, pela redução de encargos sociais sobre quem emprega contra as elevadas taxas de juros para quem produz, pela falta de crédito desburocratizado e mais barato para a classe empresarial. E colocavam eles nos seus argumentos, que o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário - IBPT divulgou a incidência dos impostos nos produtos e vejam só: 56% do valor da cerveja, é imposto; 52,33% do xampu é imposto; 49,02% do valor da casa popular, é imposto; 47% do valor do refrigerante, é imposto, 45,8% do que se paga a luz, é imposto; 44,35% do valor do ferro de passar roupa, fica em imposto; 42% do valor do creme dental, também é imposto; 41,98% do valor do brinquedo, é imposto; 40,50% do açúcar, também é imposto.

Como se vêem inúmeros outros exemplos, nós temos uma carga tributária que é muito grande, e a indústria acaba não tendo alternativa a não ser repassá-la à população.

Em seu pedido de socorro, nesse autêntico SOS, a indústria do Sudoeste defende a redução da carga tributária e a diminuição da taxa de juros, além dos encargos trabalhistas e menos burocracia para o crédito, porque sabemos nós que muitas empresas muitas vezes deixam de prosperar por não ter acesso a nenhum crédito que

possa lhes dar condições para que possam progredir e fazer a geração de empregos.

Notem os senhores que a indústria não está pedindo favores ou benesses. Longe disso! Reivindica simplesmente o direito de produzir mais e melhor, criando mais trabalho, mais renda e impostos que possam dar o sustentáculo à população brasileira para o seu desenvolvimento.

Essa teria sido apenas mais uma manifestação de gente que luta honestamente para manter seus negócios gerando empregos e pagando impostos, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento econômico e social do País, mas, o que distingue de outras formas de protesto contra uma política econômica que julgamos equivocada, foi a maneira inteligente, séria e civilizada, nem por isso menos incisiva, com que os empresários industriais manifestaram seu descontentamento.

Através da fixação de cartazes em empresas, em locais públicos, distribuição de botons adesivados, publicação de matérias em jornais e envio de e-mails a centenas de entidades de classe, milhares de pessoas foram mobilizadas e aderiram espontaneamente a esse movimento; sem alarde, sem concentração de pessoas, mas com muita determinação o segmento industrial do Sudoeste do Estado do Paraná mostrou que a comunidade pode e deve chamar a atenção das autoridades para uma reflexão sobre o que estão fazendo com o País.

É fundamental, no entanto, que o movimento Sudoeste se reproduza em outras regiões do Paraná e se projetem nos demais Estados ganhando uma dimensão nacional, mas sempre sobre o lema de que a busca por um Brasil melhor começa localmente. Sim, porque é nas cidades, a partir das comunidades que nela vivem e produzem, que está o Brasil real, o Brasil profundo em que se constrói esta Nação. A transformação começa nos municípios pelas ações dos seus cidadãos.

Recebi documentos do coordenador regional da FIEP no Sudoeste do Paraná, o empresário Cláudio Petrycoski, como já citei aqui, um dos articuladores do dia de luta à indústria, como foi batizado o movimento da última sexta-feira. E vou propor a esta Casa que remeta moções à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, ao Sistema FIEP, à Confederação Nacional de Indústria, CNI, ao Congresso Nacional e à Presidência da República, fazendo um relato dessa iniciativa, e descrevendo o estado de ânimo dos nossos empresários e endossando integralmente as suas propostas.

Tenho convicção que aqui nesta Assembléia, por sua sintonia com os anseios dos nossos segmentos produtivos, firmará o seu apoio ao movimento, por juro mais baixos, menos impostos, menos encargos trabalhistas e menos burocracia na liberação do crédito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o coordenador regional da FIEP, Sr. Cláudio Petrycoski, e também o SINDIMETAL do Sudoeste do Paraná, além das empresas que se somaram por esta inici-

ativa que, com certeza, expressa o sentimento dos empresários e do povo trabalhador do nosso Brasil.

É minha obrigação registrar esse fato nesta tarde na Assembléia Legislativa, primeiro, por considerá-lo justo, e segundo, porque também quero fazer jus à representação fidedigna que tenho nesta Casa, que me foi outorgada pelo povo do Sudoeste do Paraná e que eu tenho aqui orgulho de representá-los nesta Assembléia Legislativa.

Parabéns à coordenadoria regional da FIEP, parabéns ao SINDIMENTAL do Sudoeste do Paraná, por encarar nessa iniciativa o desejo do povo trabalhador e dos empresários sérios deste Brasil, de ver todos produzindo com a maior justiça possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É o registro que nesta tarde gostaria de fazer aqui em nome dos empresários do Sudoeste do Paraná e também dos empresários de todo o nosso Estado, porque acredito que todos estão irmanados nesta luta para diminuir a carga tributária e para melhorar as condições de trabalho para o povo trabalhador do nosso Estado e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Em nome da Deputada Elza Correia esta Presidência quer registrar e agradecer a presença do Sr. José Pedroso de Moraes da ONG Mop Nip, uma liderança comunitária do Município de Londrina.

Liderança do PFL.

Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Fui buscar o jornal “Folha de São Paulo” de 09 de maio de 2005 e não poderia deixar de me manifestar neste momento, na tribuna da Assembléia.

Sabemos que bom administrador é aquele que economiza o dinheiro arrecadado através dos impostos, sendo ela nas Prefeituras, no Governo do Estado do Paraná ou no Governo Federal. A partir da hora que você diminui a máquina, consegue conter os gastos, faz sobrar recursos, dinheiro para que se possa investir em ações que a população como um todo precisa. E, o jornal do dia 09, mostra que o Presidente Lula e seus Ministros fizeram exatamente o contrário.

“Lula usa medidas provisórias para criar vinte cargos no Governo Federal” - cargos esses distribuídos ou no Palácio do Planalto ou nos Ministérios.

Isso me entristece muito, porque o bom administrador é aquele que economiza, que bem administra e faz os recursos sobra para poder investir em obras importantes, em especial na área social.

O Presidente Lula no discurso falou uma coisa e está fazendo o contrário do que se comprometeu. E mais, em cima de cada um desses cargos o PT cobra trinta por cento de cada um que ocupará um desses cargos para que possa ir para o caixa do Partido dos Trabalhadores. Que por sinal uma séria denúncia foi feita pela Folha de São Paulo no domingo, onde o PT pelas informações que o jornal traz, faz um famoso “mensalão” para os Parlamentares que fazem parte da Base aliada do Presidente Lula.

Fui buscar também na Revista “Isto é Dinheiro” um comparativo sobre o Governo Fernando Henrique Cardoso e o Governo Luís Inácio Lula da Silva. No ano de 1995 no gabinete presidencial, Fernando Henrique gastava por ano 38 milhões de reais. Em 2002 no término do Governo, Fernando Henrique Cardoso gastou 76 milhões de reais.

Agora, em 2003, o Presidente Lula gastou 318 milhões de reais e no ano passado 372 milhões de reais! O Fernando Henrique no seu último ano, gastou 76 milhões e o Presidente Lula no seu primeiro ano aumentou para 318 milhões de reais!

Lá no Governo Itamar Franco, o número de funcionários no Palácio do Planalto era de 1800. No Governo Fernando Henrique baixou para 1100. E o Presidente Lula aumentou para 3300 funcionários! Todos esse pagando trinta por cento para o Partido dos Trabalhadores.

Tivemos também na residência do Presidente da República, 75 empregados. Só no ano passado o Presidente Lula assinou o Decreto nº 5087, aumentando mais 27 funcionários. Só para lembrar todos, esses nomeados, trinta por cento dos seus salários vai para o Partido dos Trabalhadores. Essa fonte é da “Isto é Dinheiro”, revista de circulação nacional.

Quero também trazer para os Deputados para ver a diferença, para ver o que está acontecendo em Brasília, para ver onde o nosso dinheiro está indo!

Comparação com as principais monarquias do mundo: quando se fala em monarquia já se imagina lá o rei vestido de veludo, com sapatinho de veludo, todo cheio de ouro. É o rei, a rainha, o príncipe. Sabe quanto custa para a Inglaterra a monarquia? 1.87% *per capita*, sendo 11.5 milhões de dólares por ano o custo da manutenção das chefias do Estado. Sabe quanto custa no Japão? Custa 5.2 milhões de dólares; na Espanha 8.1 milhões; nos Estados Unidos, País rico, custa onze milhões de dólares o custeio da manutenção da chefia de Estado. Onze milhões nos Estados Unidos!

Sabe quanto é o custo no Brasil? Deputada Cida e Srs. Deputados? Dezesete milhões de dólares! Ora, para um país em desenvolvimento, como o nosso, comparado com países ricos como o Japão, os Estados Unidos e outros tantos: a Espanha, a Bélgica, a Dinamarca, a Inglaterra, o Brasil gasta mais?

Não dá para aceitar! Alguma coisa tem que ser feita e com essa CPI que, se Deus quiser vai acontecer lá em Brasília, nós vamos poder passar a limpo e saber para

onde estão querendo varrer toda essa sujeira que tomou conta da nossa República.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu acabo de receber um telefonema de Quitandinha, aonde vem uma denúncia de que está havendo um desmatamento em torno de cinquenta alqueires de mata nativa.

Eu levanto esta questão de ordem para que o Presidente do IAP e a Secretaria do Meio Ambiente verifiquem *in loco* essa situação. Evidentemente, não posso setenciar sem conhecer o laudo técnico do desmatamento, mas o fato é que a população está estarecida com o que está acontecendo em Quitandinha.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PT.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri, por dez minutos.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Obviamente que nós também, no dia de hoje, tivemos a mesma informação que todos os Deputados e Deputadas desta Casa, inclusive alguns já comentaram a respeito da matéria que saiu na Folha de São Paulo, no dia de hoje.

Eu não quero, em princípio, em absoluto, desqualificar quem faz a denúncia, porque quem faz a denúncia é nada mais, nada menos do que o Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, um Partido que, sem dúvida nenhuma, tem a consideração e o respeito de todos os Deputados, mas obviamente que aguardamos que essa denúncia seja acompanhada de provas; não podemos apenas ouvir a denúncia e sair acreditando que a denúncia de uma suposta “mesada” (é assim que está na Folha de São Paulo, Deputado Elton Welter) que seria paga a Deputados do Partido Progressista e do Partido Liberal, por conta de uma iniciativa do tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, por si só nós tenhamos que acreditar que ela seja verdadeira.

Em absoluto! Também entendemos que ela não deva ser levada como uma denúncia grave, extremamente grave. Por que eu digo extremamente grave? Primeiro, porque parece-me correto da parte dos Deputados que estão sendo acusados, tanto do Partido Popular como do Partido Liberal, que colocassem o seu sigilo fiscal, telefônico e bancário à disposição. Essa é a primeira medida, porque o que se diz, hoje, é que essas pessoas receberam dinheiro em conta.

Então, que colocassem todo o seu sigilo à disposição, não só da Justiça, mas à disposição da imprensa, à

disposição dos outros partidos. Segundo, deixar claro, Deputado André Vargas, é Presidente do PT no Estado do Paraná, que o PT nos seus 25 anos em nenhum momento deixou de apurar nenhuma denúncia que chegou, não até os jornais, mas denúncias internas sempre foram apuradas por Comissão de Ética, sempre foram as pessoas punidas, alguns foram expulsos. E nós nunca nos furramos a fazer esse tipo de apuração.

Obviamente que hoje há um debate e não vou externar a minha posição pessoal e sim, a posição de Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Há um debate que se faz hoje no Congresso Nacional, a respeito da CPI dos Correios, não a CPI ampla como querem alguns Partidos, porque sabemos que essa CPI ampla, é tão ampla que não aponta absolutamente nada, mas serve para algumas operações que não são exatamente aquelas que a CPI propõe. Para algumas operações, que nós todos aqui temos acordo, que não são as operações que devam ser feitas dentro do espaço do Congresso, dentro do espaço da Assembléia Legislativa, dentro do espaço das Câmara de Vereadores, mas como pessoas experientes sabemos que às vezes acaba acontecendo.

Então, acredito que nós devamos lembrar esse ponto, o Partido dos Trabalhadores nunca deixou de fazer nenhum tipo de apuração. Segundo, gostaria de fazer, aqui, uma pequena lembrança, Deputado Plauto, que não está no momento, mas que falou sobre os 30% que são pagos. Deputado Plauto pago 30%. Aliás, não trinta, pagava 24, 17, 18 quando era Vereador. Não pago, mas comprometi-me a fazer essa contribuição ao Partido desde o dia que assinei a minha ficha de filiação ao Partido dos Trabalhadores. E essa foi a condição que nós petistas, entendemos que era necessária para construir esse Partido. Todos nós fizemos isso sempre. Agora, se é pago e é pago por conta dos cargos que estão à disposição, apenas gostaria de lembrar que nem todos nós que nos julgamos às vezes atiradeira, deixamos de ser vidraça, porque, se pegarmos, e não é esse o objeto do nosso debate aqui, os oito anos de Governo Fernando Henrique do PFL e do PSDB.

Estou pegando esse Governo Federal, porque esse debate está sendo posto aqui. Nós vamos saber que muitos que hoje se arvoram os cavaleiros do apocalipse, os defensores da estabilidade, e aqueles que sempre estiveram ao lado da apuração de tudo e de todos, não resistiriam a uma CPI da SIVAM; não resistiriam a uma CPI da Pasta Rosa; não resistiriam a uma CPI da corrupção que inclusive fez com que dois Senadores saíssem do Partido do Governo; não resistiriam a uma CPI da compra de votos na eleição, que não foi feita; não resistiriam a uma série de denúncias que durante oito anos acompanharam o Governo e inclusive como famoso caso do Banco FONTESINDAN, que foi muitas vezes lembrado aqui nesta Assembléia, porque esteve presente em Londrina na SERCOMTEL, no BANESTADO e em algumas outras operações que esses fatos o Governo, ao seu tempo e a

seu momento, tinha uma estratégia que julgava mais correta.

Agora, não acho, pessoalmente, que haja hoje movimento de desestabilização do Governo. Não acho que haja um momento em que o Governo esteja entendendo que é golpismo se fazer um determinado tipo de ação. Acho que é legítimo, quem está na Oposição, buscar os meios legítimos para fazer o seu papel. É legítimo, eu fui Oposição durante oito anos na Câmara de Vereadores de Curitiba.

Hoje o PT se declara independente dentro da Assembléia Legislativa, mas fui oposição durante oito anos, e entendo que a Oposição tem dentro das suas armas e dentro da sua legitimidade que buscar fazer o desgaste de quem está no Governo.

Esse é o processo da democracia. Agora, entendo também que temos, enquanto partido, que buscar apurar todas as responsabilidades de todos aqueles que porventura sejam comprovadamente denunciados e que essas denúncias possam ser apuradas, porque, se não fizermos isso, pairará a dúvida. E a dúvida é, para quem faz política, a pior de todas as companheiras, porque é na dúvida que as coisas tomam volume que nem sempre são o volume e a verdadeira face das denúncias que vêm sendo feitas.

Deputado Elio Rusch, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Deputado Tadeu Veneri, ouço com muita atenção o seu pronunciamento e apenas questiono, não a V. Exa. nem à bancada estadual do PT aqui na Assembléia Legislativa, que tem uma postura diferente. Questiono exatamente a posição do PT Nacional.

Quando no Governo Fernando Henrique Cardoso, qualquer dúvida que se levantava em relação à administração pública nacional, o primeiro a pedir uma CPI foi exatamente o seu Partido. Agora, quando se fala numa CPI dos Correios, o primeiro a querer impedir a CPI é o PT! Não do Paraná. É o PT Nacional!

E aí você questiona: que PT é esse? Qual é a administração desse Partido? E a V. Exa. levanto também a questão que o PFL e o PSDB não resistiram uma CPI sobre o Banco Fontesindan e diversos outros organismos e órgãos que V. Exa. acaba de levantar. Mas, o seu Partido é o Governo! O Governo tem todos os dados na mão! Faça uma sindicância, levante e diga à sociedade o que aconteceu, ou propõe exatamente a CPI em nível de Congresso Nacional!

Agradeço o aparte, todo o respeito que tenho por V. Exa. e pelas suas posições e não comparo V. Exa. nem com o José Dirceu, nem com o Genoino.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Deputado, deixa só colocar a seguinte situação: tenho trinta segundos, vou passar para o Deputado André Vargas e concluo, Sr. Presidente.

Um minuto, por gentileza.

O Sr. André Vargas (PT)

Só para restabelecer a verdade.

Primeiro, que o PT com relação aos cargos comissionados, não cobra 30%. Os cargos comissionados, que trabalham, pagam 5%. Segundo, todos os cargos comissionados criados no Governo Lula, os vinte mil cargos, não são todos comissionados. É preciso ter mais tempo para que façamos esse debate.

E outra coisa, o PT apóia toda e qualquer investigação da Polícia Federal, da Corregedoria e do Ministério Público Federal que neste Governo não pode ser chamado de “engavetador” como foi do Governo do PSDB e do PFL. Mais do que isso, quando se falava em compra de votos, era um grampo telefônico de três Deputados do PFL.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Para concluir, Sr. Presidente, no ano de 2003 a Polícia Federal fez 926 prisões; 231 servidores públicos, 48 policiais federais. No ano de 2004 foram 703 prisões; 104 servidores públicos e 09 policiais federais. Ora, dizer que isso é igual ao que aconteceu nos oito anos anteriores, não tivemos uma única investigação, uma só, é, no mínimo, não querer enxergar a verdade.

Acredito que esse debate nós devamos fazer e inclusive na semana que vem porque nos interessa, sim, buscar a verdade sob todos os aspectos, de todos que participam do processo político, inclusive o Paraná, fora do Paraná, para que possamos definitivamente esclarecer esse assunto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PSDB, Deputado Ademar Traiano, dez minutos.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quem, nesta Casa, não lembra do famoso radialista que mexia com os corações dos brasileiros no início de uma transmissão esportiva, quando ele dizia: “Abrem-se as cortinas e começa o espetáculo”. Fiori Gigliotti.

Eu começo o meu pronunciamento, Srs. Deputados, dizendo o seguinte, diante desta situação nacional: “Fechem-se as cortinas e começa o espetáculo”.

Deputado Cartário.

Cai a máscara, a farsa. O discurso da ética, da moralização, da decência e da bandeira que o PT desfraldou, em nível nacional aos quatro cantos, vendendo a imagem de que no poder os brasileiros estariam de alma lavada, que o sentimento nacional voltaria a se impor no coração dos brasileiros e com certeza o coração da nossa gente iria pulsar, Deputado Valdir Rossoni, de uma forma feliz, desenfreada, alegre e contente, porque o Brasil não

teria mais problemas, a corrupção neste País seria definitivamente banida, soterrada e sepultada, à luz do discurso moralizador, decente e ético do Partido dos Trabalhadores.

Quem não lembra, neste País, dos movimentos feitos pelo PT, à frente das fábricas, mobilizando a população, mexendo com o sentimento dos brasileiros? Iam os militantes do PT de mãos limpas, Deputados, enfrentavam as baionetas dos militares.

Agora, o que dizer neste momento, quando a mídia nacional traz através de revista de circulação nacional, Época, Veja, Isto É, o maior jornal Estado de São Paulo, denúncias estampadas que envergonham a todos nós? Imaginem como se sentem nesse instante! Apunhalados! Os militantes do PT, aqueles que acompanharam esse movimento ferrenho do PT, que juntos construíram esta bandeira da decência como pregavam e que, agora, vergonhosamente vêem os seus líderes enlameados em um mar de lama, sem sustentação, porque poucos restarão para advogar seus favores!

Com certeza, muito mais vergonhoso do que aconteceu no governo Collor, por muito menos que isso caiu o Governo!

Exatamente, Deputado Elio, por causa de uma Elba caiu o Governo Collor. Agora são os correios, são as empresas de seguro, o “mensalão” que o Governo Lula dava aos Srs. Parlamentares para garantir a sustentabilidade do seu governo. É um governo frágil que traiu a sociedade brasileira, o sentimento nacional, encarnou durante vinte anos o sentimento da população brasileira e frustou em um curto espaço de tempo a gente deste País.

Lamento ter que vir a esta tribuna fazer esse pronunciamento. Eu apostava no Governo Lula! Sim, porque acredito neste País! Em um país de riquezas e de potencialidades, com certeza, muito maior do que a vontade dos políticos, em um País que quero crer tem as reais possibilidades de emergir das crises, porque muito bem foi deixado pelo Governo anterior, as condições, para que pudesse caminhar e andar bem a economia deste País, mas hoje o mundo está estarecido, à imagem que se construiu do nosso Presidente, do homem que iria passar ao mundo esse sentimento da mudança, da renovação, do sangue novo, da moralidade e da ética. Hoje, o mundo está estarecido, os mercados estão sofrendo neste dia, e muito.

E é por isso, Deputado Valdir Rossoni, como Líder do PSDB, que venho aqui dizer que gostaríamos de estar fazendo um discurso de elogio. Muito bem trouxe os números o Deputado Plauto; ouvi pela manhã o Senador Osmar Dias, quando ele dizia, em um debate de rádio hoje promovido pelo SINDUSCON, onde ele afirmava das dificuldades de conseguir um vôo daqui para Brasília, e sabe por quê, Deputado Luiz Carlos Martins?

Porque os amigos do PT do Rio Grande do Sul, que perderam a Prefeitura e o Governo, estão todos hoje acobertados em Brasília, e os aviões já vêm lotados de Porto Alegre e quando passam por Curitiba, já há dificul-

dades de encontrar passagem para ir a Brasília! Esse é o Governo que envergonha a nossa Nação brasileira!

E quero fazer aqui um parêntese, quero salvar alguns amigos do PT desta Casa, que têm a grandeza até de ir à tribuna e fazer o seu discurso, defender e de atacar até. Quero salvar alguns Deputados Federais do PT que tiveram a grandeza de assinar a CPI, porque essa sempre foi a tônica do PT a nível nacional, quando do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quero defender até aqueles que não mudaram o discurso, aqueles que continuam a falar o mesmo de quando ainda preservaram a identidade do PT. Ora, quem não lembra que o PT, a nível nacional, no Congresso e no Senado era o primeiro a promover os movimentos para assinaturas das CPI's, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso? Agora se acovardam, curvam-se, estão intimidados, medrosos, acuam os parlamentares para retirarem assinaturas! Perdem a identidade, Srs. Deputados!

Vou permitir um aparte ao Deputado Valdir Rossoni, que se inscreveu inicialmente, para que dê a sua contribuição ao nosso pronunciamento.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Traiano, não tem quem não esteja chocado neste momento! Se nós estamos, imagine os filiados do PT!

Estou triste, e imagine: sou Presidente do PSDB do Paraná, e outro dia, em uma conversa com o Presidente Fernando Henrique, quando ele veio dar a última palestra aqui em Curitiba, sempre muito elegante e educado disse que estava preocupado com o Presidente Lula, que aos poucos estava perdendo o que tinha de mais essencial no seu Governo, que era a credibilidade. Mas, o que ele tinha na figura do Presidente Lula, era um homem bem intencionado.

O que me estarrece de toda essa reportagem de cinco folhas das revistas semanais e outras, é que agora o Presidente Lula sabia disso há vários meses e não tomou nenhuma providência! Aí, fico a me perguntar e a população deve estar se perguntando: que Brasil é esse?

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado, Deputado Valdir Rossoni, pelo seu aparte!

É a mesma indagação, com certeza, que os brasileiros têm neste momento e é a mesma pergunta que faço neste instante, porque o próprio Roberto Jefferson disse que quando contou ao Presidente Lula da corrupção implantada no Congresso, do mensalão, o Presidente Lula chorou, mas não tomou providências!

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Ele disse. É a versão.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Portanto, quero crer que o tema é palpitante e fascinante e poderemos voltar a esse assunto já na sequência, no dia de amanhã.

Agradeço aos nobres Pares pela atenção e concluo o meu pronunciamento sem poder dar o aparte aos nobres Deputados da Situação. Quero crer que estabelecer o contraditório é fundamental, mas...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Peço a V. Exa. que conclua o seu pronunciamento.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Estou concluindo, Sr. Presidente, até em cumprimento ao Regimento Interno e a forma democrática e a elegância de V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PMDB.

(Declina)

Liderança do Governo.

Com a palavra o Deputado Dobrandino.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

Só para consignar que, mesmo sendo regimental, pedi aparte por duas vezes, uma para o PFL, do Deputado Plauto, e outra para o PSDB, mesmo sendo antecipadamente, não foi concedido.

Talvez seja por aí o trabalho de uma versão e não de uma verdade.

Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna para me referir ao pronunciamento, na última Sessão, do nobre Deputado André Vargas, que teceu aqui severas e pesadíssimas críticas ao Procurador Geral do Estado, Dr. Sérgio Botto de Lacerda, e ao Procurador da Justiça, Dr. Milton Riquelme de Macedo.

Eu cheguei já no final do seu pronunciamento, mas conversei ontem com o Procurador e ele se queixou, na verdade, que as críticas foram muito pesadas e realmente sabemos que foram, inclusive o Deputado Ângelo Vanhoni pediu para retirar das notas taquigráficas da Assembléia parte daquilo que foi pronunciado pelo Deputado.

Eu diria, eu que defendo o Governo e conheço o nosso Governo e conheço o Procurador Geral, Sérgio Botto de Lacerda, acho que são injustas estas palavras dizendo que foi feito trambique, este tipo de coisa, e não posso, na verdade, também concordar com a forma, com o discurso do nobre Deputado.

O Procurador Geral da Justiça, Dr. Milton Riquelme de Macedo, eu diria que a instituição, o Ministério Público é uma instituição que hoje presta um grande serviço à Nação brasileira, conheço a linha de trabalho da maioria, embora eu também não concordo, Deputado André Vargas, com parte dos Procuradores, dos Promoto-

res, tem muitos que fazem, realmente, atos demagógicos e até perseguindo algumas pessoas, mas na sua grande maioria e a instituição é uma instituição que merece de nós o respeito e uma consideração muito grande e não podemos desclassificá-lo aqui sem uma prova mais devida.

O Procurador Geral da Justiça pediu arquivamento desse processo; a Justiça concedeu. E a Justiça, dessa forma que coloca o Deputado, também estaria envolvida, se é que existe uma trama.

Então, eu tenho que fazer justiça, defendendo o papel do nosso governo como um todo. Devo dizer que também não concordo e merece o Procurador da Justiça nós fazermos esta defesa, porque eu conheço o seu trabalho, tanto do Procurador da Justiça, quanto do Procurador Geral do Estado, Dr. Sérgio Botto de Lacerda.

Ele vai nos mandar, em detalhes, uma lei que foi aprovada na Assembléia, que autoriza a criação do Fundo e dizendo que não procedem essas pesadas críticas, embora respeito o Deputado André Vargas, mas tenho que dizer aqui que, até que prove em contrário, o nosso Procurador é um homem digno, honrado e faz um papel importante, defendendo o nosso Governo, pessoa que tem grande responsabilidade e jamais cometeria atos ilícitos como foi colocado aqui pelo nosso Deputado.

Quero dizer que respeito o Parlamentar; ele tem todo o direito de fazer as suas observações, mas achei e continuo achando injustas essas colocações.

Por isso, venho aqui em defesa da dignidade do nosso Procurador, Sérgio Botto de Lacerda, um homem correto e o Procurador Geral da Justiça - eu nem conversei com ele e não converso há muito tempo mas eu conheço, sempre na defesa do Ministério Público e esse ato dele foi avaliado pelo Judiciário do Paraná.

Acho que merece fazer essas observações para ficar registrado nessa Casa que alguém discorda, e eu sou um deles. Meu pronunciamento foi feito com referência a essas duas pessoas. Eu disse e reafirmo que tenho diferenças grandes com alguns Promotores de Justiça. Fui injustificado por alguns membros do Ministério Público, não como um todo.

No meu mandato de Prefeito tentaram me atrapa-lhar. Não conseguiram porque não tinha nenhum fundo de verdade, mas conheço a instituição que é muito importante para o Brasil e o nosso Procurador Geral de Justiça, Dr. Milton Riquelme de Macedo, é uma pessoa íntegra que não merece esse tipo de crítica.

Concedo aparte à Deputada Elza Correia.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Agradeço o aparte.

É muito oportuno, porque a democracia é exatamente isso. Implica em que tenhamos o direito de fazermos as nossas críticas e falarmos o que achamos que devemos, mas temos que tomar muito cuidado para não generalizar.

O Ministério Público é uma instituição que merece respeito e não podemos jogar na lata de lixo uma instituição como esta que tem se mostrado defensora da verdade, da Justiça.

Em Londrina tivemos um episódio recente em que o Ministério Público cumpriu o seu papel com dignidade, com ética e com lisura. Da mesma forma, somo-me a V. Exa. na defesa do nosso Procurador Geral que, até que prove o contrário, tem sido um homem reto, ético e cumpridor do seu dever.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Perfeito, Deputada.

Como eu dizia, é preciso preservar as instituições. Não podemos generalizar. Estamos vendo agora, através da imprensa, as denúncias lá em Brasília. Não podemos imaginar que tudo isso seja verdadeiro! É preciso provar primeiro. Nós podíamos fazer aqui um pronunciamento, nessa mesma linha e dizer que lá em Brasília seria muito pior, no Governo do nosso Presidente Lula, porque eu defendo o Brasil.

Não sou do Partido de S. Exa. mas defendo o Brasil e eu quero que este Governo dê certo e eu fico preocupadíssimo, Deputado Bradock e Anibelli, com essas denúncias, porque é muito ruim para o Brasil, para a imagem do nosso País. Estou torcendo para que isso se esclareça para não ficar essa dúvida no ar. Portanto, é a mesma coisa do que no Governo do Estado. Acompanho muito, converso, procuro me inteirar dos assuntos.

Eu não podia, de forma nenhuma, Deputado André Vargas, com todo respeito e amizade que está acima de tudo, e não podia deixar de fazer a defesa do Governo na pessoa do nosso Procurador Geral.

Concedo aparte ao Deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas (PT)

Deputado Dobrandino, respeitando a instituição, o fato é o seguinte: não foi reconhecido pela Justiça, porque houve um acordo numa Ação Civil Pública, do Procurador Geral do Estado com o Sr. Milton Riquelme e esse acordo é que lesou os cofres do Estado e disso, temos documentos aqui. Não se trata de um pré-julgamento. Se o mandato parlamentar não servir para colocarmos as coisas exatamente como elas são, com provas, então, não serve para nada! Se não pudermos dizer aqui que discordamos do comportamento do Procurador Geral, Sérgio Botto, com o Dr. Milton Riquelme que nesse entendimento, porque, feito o acordo, a Justiça aca-tou e não foi aqui, foi no Supremo Tribunal Federal, tanto é que o Conselho do Ministério Público interpôs um recurso à ação do seu chefe.

Os próprios Procuradores estão questionando, e nós, Parlamentares que somos um Poder, temos o dever de fazê-lo! E, na medida em que havia dinheiro para ser devolvido aos cofres públicos e por esse acordo esse dinheiro não mais voltará, provado isso, talvez seja o caso de eles responderem e não atacarem.

Vou lhe passar as cópias dos documentos para que não parem dúvidas sobre aquilo que estamos fazendo aqui: estamos defendendo o Ministério Público, estamos defendendo o Governo, na medida em que estamos propondo uma correção de rumo.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Vamos trazer em detalhes aqui na Casa, porque na verdade não é dessa forma. Fui conversar ontem com o Procurador Geral do Estado. Eu sei e V. Exa. sabe, Deputado André Vargas, dentro do Ministério Público tem um Procurador que já esteve aqui nesta Casa tentando desqualificar o Procurador Geral, V. Exa. sabe quem é, um Procurador que se tornou inimigo do Governo, que está sob julgamento. Então, na verdade as coisas não são bem assim, alguma coisa há de errado nisso e vamos trazer esses dados para que não possamos deixar no ar essas denúncias.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Com a palavra, Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente temos que fazer considerações sobre corrupção no Governo Federal, e hoje passo a entender o porquê da declaração do Ministro Gilberto Gil. Na semana passada eu subi nesta tribuna e muitos não perceberam o que eu li na Folha de São Paulo. O Ministro Gilberto Gil disse, lá nos meados da sua entrevista, que o Lula precisava do PSDB para governar este país. Agora estou compreendendo o porquê de Gilberto Gil dar aquela informação. Achei que era despreparo político, mas não era; na verdade, ele estava antevendo a barbárie que tomou conta deste País.

Imagino como está o coração dos Parlamentares petistas desta Casa. Imagino como estão aqueles brasileiros que acreditaram naquela proposta de mudança. Qualquer brasileiro, seja ele mais rico ou mais pobre, neste momento está estarrecido, porque se você abre, vejo aqui um desenho onde diz o seguinte: “parabéns, você irá casar sua filha com um rapaz de ótima quadrilha”, e aí coloca a turma do Palácio.

O importante, Sr. Presidente, dessa questão, que mais me preocupa, cá para nós, já corria o bochicho nos corredores do Congresso Nacional, nos meios políticos, de que a corrupção campeava solta no Governo Lula, mas nós, sempre com a imagem do Presidente Lula à nossa frente, achávamos que isso não poderia ser verdade.

E volto a um pronunciamento que fiz há alguns dias atrás, aqui, quando o Presidente Lula, no objetivo, não sei se para contribuir com o seu parceiro Roberto Jefferson, ou talvez para salvaguardar o seu Governo,

declarou o seguinte: que assinaria a Roberto Jefferson um cheque em branco, que acreditava na pessoa do Roberto Jefferson. E eu vim a esta tribuna; muitos não gostaram, Deputado André Vargas, e eu disse que me preocupava aquela declaração do Presidente Lula porque poderia comprometê-lo no futuro. E está aqui a prova, hoje aquela declaração do Presidente Lula chamando o Roberto Jefferson de parceiro, hoje já tem uma resposta nos jornais que ele não poderia ter dito e falado aquilo.

Não é possível! Não é possível que os auxiliares do Presidente Lula, que tinham conhecimento de toda essa corrupção, não tivessem ajudado o Presidente nessa situação! Na verdade, o que nós estamos enxergando na política brasileira, é que quando um sonho é enterrado fica uma situação de abatimento, em especial, aos políticos. Nós, políticos, ultimamente só assistimos jornais, noticiários, e não vemos mais nada a não ser falando da corrupção que campeia neste País, mas nunca o povo brasileiro imaginava que estivesse tão perto e fosse de conhecimento do Presidente Lula!

Aí estão duas questões que têm que ser levadas em consideração, primeiro, uma declaração dizendo que assinaria um cheque em branco ao Roberto Jefferson, segundo, saber hoje que muitas pessoas levaram ao Presidente Lula essa situação e ele não tomou nenhuma providência, nenhuma providência, nenhuma providência!

Deputado Dobrandino, ao jantar com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, há quinze, vinte dias atrás, - e ele deveria saber mais do que nós sabemos, é um homem muito bem informado, foi Presidente da República é um homem educado, - em nenhum momento fez uma crítica fez uma crítica ao Governo Lula, aos Ministros, a ninguém, na nossa conversa, mas ele me disse algo lá que me deixou preocupado, “o Presidente Lula é um homem íntegro, merece todo o nosso respeito, chegou aonde chegou porque é um grande líder, mas preocupa porque o Presidente Lula está perdendo a credibilidade e o domínio que o Presidente da República deve ter sobre os seus subordinados”.

Esta foi uma palavra que me calou fundo. Certamente o Presidente Fernando Henrique já sabia de tudo isso que está saindo nos jornais, certamente; eu imagino aqui.

E por esta razão, Deputado André, mais do que nós debatermos aqui e entrarmos na questão dos problemas que teve o Governo anterior, o próprio Presidente Fernando Henrique disse: “*Não é fácil governar, minha gente, o Governo é muito grande, você tem dificuldades mil para segurar a corrupção. Agora, o que não pode é o Presidente da República saber da corrupção e não tomar nenhuma providência.*”

Concedo um aparte ao Deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas (PT)

Primeiro, que o Deputado Roberto Jefferson disse que falou para o Presidente. Isso, resta provar.

A segunda questão é: o País vai bem, mas a política vai mal. No passado a política ia bem e o Governo ia mal.

Isso é para pensarmos e continuarmos debatendo. Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Nós pegamos um país com uma inflação de 85% entregamos o país com a inflação dominada!

Pegamos um país com juros estratosféricos e os juros só subiram devido ao risco Lula. Só subiu na época da eleição, porque tínhamos que conter a inflação.

Hoje estou entendendo o risco Lula: era o despreparo de governar do PT.

O que falta ao Presidente Lula, primeiro, bons companheiros. Segundo, bons quadros, pessoas que tenham condições de governar este País.

Se pegarmos hoje os comandantes do Palácio do Planalto, veremos que todos estão enlameados, por esta corrupção. Coitado do Presidente, que acreditou nessas pessoas! O Presidente Fernando Henrique também atravessou dificuldades, mas tinha a capacidade intelectual de fazer com que as coisas andassem...

(Foi tirado o som)

Naturalmente faria aqui por mais tempo, mas a grande verdade é, o que falta ao PT é o que tem de sobra do PSDB: bons quadros para governar este País.

Muito obrigado!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 47 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente:

Sobre a mesa, Projetos de Lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Natálio Stica, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1655, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se no dia 08 do corrente em viagem a Brasília, tendo em vista audiência com a Ministra Marina Silva, acompanhando produtores dos Campos Gerais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Discussão Única (Proposição)

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 033/2004, veto aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 404/2003, de autoria do Deputado Durval Amaral, que estabelece prazo para a propositura de ação regressiva, pela Procuradoria Geral do Estado, contra o Agente Público que deu causa à condenação do Estado, segundo decisão judicial definitiva e irreformável e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 024/2004

Curitiba, 09 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 335/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 404/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a Procuradoria Geral do Estado deverá promover, no prazo de 90 (noventa) dias do respectivo trânsito em julgado, propositura de ação regressiva contra agentes públicos que por todo ou culpa, deram causa à condenação da Administração Pública, Direta ou Indireta, conforme especifica.

A negativa de sanção ao projeto de lei complementar em referência, decorre do fato de a matéria, pela forma como está posta, deixar de atender aos superiores interesses públicos, não só em face de primas de inconstitucionalidade que apresenta, como também porque, por sua natureza, demanda estudos e reflexões mais aprofundadas, assertiva essa que é confirmada pelo adiante transcrito pronunciamento do Senhor Procurador Geral do Estado:

“Ressalto, outrossim, que a matéria tratada no presente projeto de lei complementar está sendo objeto de estudo em outro projeto de lei complementar, cuja mensagem será enviada oportunamente pelo Sr. Governador do Estado à Assembléia Legislativa.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei Complementar nº 404/2003 encontra-se publicado no DA nº 094/2003, de 11.11.2003, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 33/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 404/2003, de autoria do Deputado Durval Amaral, objeto de veto do Governador, *estabelece prazo para a propositura de ação regressiva pela Procuradoria Geral do Estado, contra o agente público que deu causa à condenação do Estado, segundo decisão judicial definitiva e irreformável, e dá outra providência.*

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Para encaminhar, Deputado Durval.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Não vou encaminhar, Sr. Presidente. A hora que o senhor coloca em votação, estou requerendo chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está em discussão e votação a Proposição 033/2004.

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Cesar Seleme)

Sr. Presidente, votaram 41 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Convido os Srs. Deputados Plauto Miró, Elza Correia e Duílio Genari, para fazerem a contagem dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Cesar Seleme)

Sr. Presidente, votaram 31 Srs. Deputados votaram com a expressão NÃO e dez com a expressão SIM.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está aprovado o projeto e rejeitado o veto.

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que determina o povoamento, com a distribuição de alevinos nos rios que cortam o território paranaense, durante o período de proibição da pesca. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

A SRA. ELZA CORREIA (Para discutir)

Sr. Presidente, votarei favoravelmente ao projeto da Deputada Cida Borghetti, pela importância. Ela entrou com esse projeto no ano passado, em novembro ou dezembro de 2004, mas é importante ter consignado na Casa que esse projeto determina o povoamento, com a distribuição de alevinos nos rios que cortam o território paranaense e, portanto, exatamente o que já está acontecendo com o programa do Governo Roberto Requião.

Um programa de abastecer rios das bacias, vários Deputados e eu participamos de vários desses eventos, onde foram repovoados vários rios, como a bacia do Rio Paranapanema, os afluentes da bacia do Rio Paranapanema, o Rio Ivaí, com dois milhões de juvenis, ou seja, alevinos maiores - peixe da espécie pacu, curimatá, pia-pira, sendo que só na bacia do Paranapanema já jogamos um milhão desses juvenis; quinhentos mil no Rio Laranjinha, ali em Santa Mariana e em Bandeirantes; quinhentos mil no Rio Cinzas, em Andirá e Bandeirantes; no Rio Congonhinhas, em Sertaneja e Rancho Alegre; mais qui-

nhentos mil no Rio Manoel Ribas; quinhentos mil no Rio São João do Ivaí e até o final de 2006 serão soltos mais dezoito milhões de juvenis desses peixes pacu, curimatã e piapara. Exatamente dentro da proposta da Deputada Cida Borghetti.

Portanto, é bom que deixemos consignado que antes de o projeto ser aprovado, já existe o Projeto do Governo do Paraná. Poderia ser feita a indicação, mas a Deputada Cida me colocava que já tinha feito esse projeto, e que inclusive, já ganhou um prêmio internacional antes de ser aprovado na Assembleia Legislativa - provavelmente a idéia do projeto tenha sido premiada pela nobreza, pela importância.

Então, é importante deixar consignado na Casa e o Deputado Ratinho Júnior também fez uma fala aqui em relação a uma proposição semelhante do ponto de vista da indicação.

Então, Cida, como te falei, vou votar favoravelmente, porque é uma idéia importante, mas acho estranho que, ainda em votação, haja paralelamente a isso um programa de Governo fazendo a mesma coisa, o que é bom: uma coisa se soma a outra. Uma coisa não inviabiliza a outra. De qualquer maneira, é importante dizer que até o final do ano serão vinte milhões de juvenis colocados nos rios do Paraná, o que acho muito interessante e que vem ao encontro das nossas propostas.

Coloco isso aqui, porque enobrece o projeto a idéia da Deputada, e deixa referendado nesta Casa a preocupação da Cida - portanto das mulheres - com a questão do meio ambiente, do repovoamento dos nossos rios que, sem dúvida nenhuma, vem bem aos encontro das nossas ações aqui também.

Então, parabéns Cida, o seu projeto já é uma realidade, a sua lei, que será sancionada pelo Governador, já está em franco acontecimento no Estado do Paraná!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente.

Fico muito feliz com a iniciativa da Deputada Cida Borghetti, de estar aí se preocupando com o povoamento e o repovoamento dos nossos rios. Quero colocar que os juvenis precisam ser colocados, mas por lei, para que não venha ser uma coisa apenas ocasional ou então provocado por um Secretário de Estado, como é o caso do Deputado Orlando Pessuti, que hoje é Vice-Governador do Paraná e Secretário da Agricultura.

É que nós precisamos de coisas relativamente permanentes no Estado e inclusive a Deputada falou sobre o Rio São João, o Rio Manoel Ribas e, na verdade, não foi no Rio São João e nem no Rio Manoel Ribas, que foram colocados os alevinos, os juvenis, e quem sabe os infantis, as larvas e adultos sejam colocados lá para que realmente nós possamos ter um ambiente saudável no Paraná, mas os rios ditos por V. Exa, Deputada Elza, são o Rio Ivaí, no Município de Manoel Ribas e no Municí-

pio de São João do Ivaí. A senhora disse no Rio São João e no Rio Manoel Ribas.

E eu fui superintendente da pesca no Paraná, da SUDEPE, à época, em 1985 e 1986; fizemos o repovoamento do Lago Igapó; o repovoamento de rios importantes em todo o Estado do Paraná, e depois vimos desaparecer esta idéia maravilhosa de se ver os rios novamente repovoados. Por quê? Porque nós não temos uma legislação específica que é esta que a Deputada hoje está propondo aqui.

No outro Governo do Requião também não vimos o repovoamento de rios porque não existia uma lei que obrigasse a repovoar.

Então, o meio ambiente precisa ser saudável, mas nós precisamos de leis, que venham a obrigar as nossas autoridades e os nossos governos a fazer isso.

Então, está de parabéns a Deputada e estamos preocupados porque a COPEL tinha uma estrutura muito grande de repovoação de suas represas e nós queremos que isto realmente seja, não só para as represas da COPEL, mas para que em todos os rios do Paraná nós possamos ver novamente, como já dizia o Requião em um tempo de saudosa memória, que nós precisamos, Prefeito Rafael Greca, ver novamente os lambaris do rabo vermelho voltando para Curitiba.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Para encaminhar)

Eu só queria cumprimentar a Deputada Elza que talvez no afã do orgulho do nosso Governador e do nosso Partido, de fazer esta alusão ao rio, que é o Rio Ivaí, mas nos Municípios de Cândido de Abreu, de Manoel Ribas. Lá estivemos, em companhia dos Deputados Alexandre Curi, Artagão, Ratinho Júnior, e nós falávamos junto com a população, e víamos a juventude paranaense orgulhosa do seu Governador, na Semana do Meio Ambiente, tanto na fazenda do Ratinho, Ratinho pai e Ratinho Júnior, a criançada, o Deputado Miltinho Pupio estava junto, a alegria da nossa juventude porque nós, os mais velhos, já pescamos, talvez ajudamos a atrapalhar o reflorestamento, o meio ambiente, com a nossa tradição antiga, a nossa má educação no sentido de povoar os rios do nosso meio ambiente.

Mas esta juventude, com o trabalho do Governador Roberto Requião, com o apoio do Deputado Scarpellini, que é um dos Deputados que mais defende o meio ambiente, foi ele que fez este jardim maravilhoso que temos na nossa Assembleia, eu convidaria o Deputado Scarpellini para, no próximo lançamento de peixes juvenis, que nós estejamos presentes, que o Deputado e a Deputada Elza também ficarão emocionados em ver o que o Governo do Paraná faz e, principalmente, que a juventude fica feliz, porque, nos bancos escolares, legarão à nossa Pátria, no futuro, e ao nosso Estado, a consciência da preservação do meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Ressalvado o projeto, está em votação o Substitutivo Geral da CCJ.

Aprovado.

Em votação a emenda da Comissão de Finanças.

Aprovada.

Em votação o projeto.

Aprovado.

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/2001, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que torna obrigatório a apresentação de passivo ambiental pelas empresas que necessitam de licença ambiental conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA.

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

(Para justificar o voto)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Certamente a casa acaba de aprovar um grande projeto, um projeto que determina que uma empresa que vem aqui no Paraná e que consiga uma licença ambiental, terá que ter também um certificado da Secretaria do Meio Ambiente, deixando que não deixou um passivo ambiental para o Estado resolver. Então, para lembrar, apenas, Adrianópolis. A Plumbum do Brasil explorou o ouro e a prata e deixou lá o chumbo dentro da cidade e hoje o Estado se vê diante de um problema enorme, porque essa contaminação se dá no ar, na água, no solo e contamina com alto índice de chumbo no sangue das crianças, um alto índice de cegueira e um problema ambiental muito grande.

Quero agradecer aos Srs. Deputados por terem aprovado esse projeto e certamente o Governador Requião não terá dúvida em sancioná-lo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 089/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que declara de Utilidade Pública o Centro de Transformação Social Vida Nova, com sede e foro no Município de Curitiba/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 10/2005, de 09/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 089/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Rafael Greca, declara de Utilidade Pública o

Centro de Transformação Social Vida Nova, com sede e foro no Município de Curitiba/PR.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL- Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a ADEFISTI - Associação dos Deficientes Físicos de Santa Terezinha de Itaipu, com sede em Santa Terezinha do Itaipu e foro em Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 19/2005, de 30/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 131/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a ADEFISTI - Associação dos Deficientes Físicos de Santa Terezinha de Itaipu, com sede em Santa Terezinha do Itaipu e foro em Foz do Iguaçu.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL- Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/2005, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que autoriza o Poder Executivo a receber, através de doação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o imóvel que especifica, localizado no Município de Cantagalo / PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 026/2005, de 13/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 184/2005

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei apresentado nesta Casa de Leis pelo ilustre Deputado Pedro Ivo Ilkiv, o qual pretende com a

presente proposição autorizar o Poder Executivo Estadual a receber do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, na forma de doação uma área de terras no Município de Goioxim, neste Estado, medindo 0,8759 (oitenta e sete ares e cinquenta e nove centiares).

A razão da referida transferência de domínio do imóvel que é representado por parte da matrícula nº 1401, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cantagalo, localizado no Projeto de Assentamento Juquiá de Cima, e para viabilizar a implantação de um ramal ferroviário, com derivação da linha principal da FERROESTE, bem como um terminal de calcário, para atender às necessidades dos agricultores desta região do Estado.

A implantação do referido ramal e terminal ferroviário será realizada com recursos do PRONAF Infraestrutura, cujas normas de financiamento de obras exigem que o terreno seja de propriedade do Estado.

Voto e Fundamentação do Relator

Trata-se de um projeto autorizatório, em sua efetiva denominação, o qual tem previsão legal, pois ainda que seja para receber bens, como no presente caso, o Executivo Estadual necessita de expressa autorização deste Poder Legislativo, para a incorporação de bens imóveis ao seu patrimônio.

Temos sempre advogado a tese que os projetos autorizatórios na sua correta aceção deveriam ser de iniciativa do Executivo, o qual assim manifesta sua expressa vontade na referida autorização, pois do contrário seria inócuo autorizar o que não foi pedido. No entanto, no presente caso não vislumbramos qualquer vício, pois, embora a iniciativa da proposição seja de um Parlamentar, trata-se do recebimento, em forma de doação, de um bem imóvel, o que, com absoluta certeza, é de interesse do Governo do Estado, fato, aliás, já informalmente entabulado pelo Parlamentar proponente e o Executivo Estadual.

E a iniciativa parlamentar ainda se justifica pelo fato da urgência na referida incorporação do imóvel ao patrimônio do Estado, vez que os recursos para a implantação de mencionado ramal e terminal ferroviário já estão disponibilizados e remanescentes do orçamento do exercício de 2004.

Ademais, a proposição está devidamente instruída, com as peças de manifestação favorável por parte do órgão federal doador de imóvel em questão, de maneira que não vislumbramos qualquer irregularidade formal na regular tramitação deste projeto de lei.

A única ressalva que se faz é quanto um erro material, denunciado pelo próprio Parlamentar proponente, pois no texto do projeto consta que o imóvel está localizado no Município de Cantagalo, quando, de fato, a localização do Projeto de Assentamento Juquiá de Cima e do próprio imóvel objeto desta autorização é no Município de Goioxim, com assento na 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Cantagalo.

Porém o referido erro é sanável com uma simples emenda, que é facultado pelo Regimento Interno desta Casa de Leis ao Parlamentar Relator nesta Comissão, de forma que a redação do artigo 1º do projeto de lei em exame passe a ter a redação a seguir.

Conclusão

Desta forma, este Relator é de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 184/2005, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, com a emenda mencionada.

Sala das Comissões, em 01.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENENDA AO PROJETO DE LEI Nº 184/2005

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, na forma de doação, uma área de terras denominada de Lote 07B, medindo 0,8759 ha (oitenta e sete ares e cinquenta e nove centiares), objeto de parte da matrícula nº 1401, do Cartório de Registro de Imóveis - 1ª Circunscrição da Comarca de Cantagalo, localizado no Projeto de Assentamento Juquiá de Cima, no Município de Goioxim, sobre o qual se pretende a implantação de Ramal e Terminal Ferroviário, com derivação da linha principal da FERROESTE”.

Sala das Comissões, em 01.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 227/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe sobre o documento de identificação da pessoa portadora de deficiência e doença crônica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 033/2005, de 27/04/2005).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 227/2005

P A R E C E R :

Relatório

Submete o nobre Deputado Delegado Bradock, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o indigitado projeto de lei, que dispõe sobre o Documento de Identificação da Pessoa Portadora de Deficiência e Doença Crônica Permanentes.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar de acordo com o artigo 43 do Regimento Interno, onde depreende-se que:

“Art. 43. Parecer é o pronunciamento de comissões sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 1º As comissões deverão apresentar parecer às proposições, mensagens e demais papéis sujeitos à sua deliberação. “

Apura-se que quanto à competência para legislar trata-se de matéria de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a saber:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;”

Ademais como se não bastasse ainda, o legislador federal ao cuidar dos assuntos pertinentes aos portadores de deficiência física, com todo esmero que a matéria necessita trouxe ainda de forma concorrente a oportunidade aos Estados de legislar sobre o assunto, conforme se observa o artigo 24 da Carta Magna:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XIV - proteção e integração quanto à iniciativa, nada obsta, uma vez que não se encontra a matéria em análise vinculada as matérias exclusivas do Governador do Estado previstas no artigo 66 da Constituição Estadual.”

Registre-se, para enfatizar, que não existe ilegalidade nem tampouco inconstitucionalidades quanto à iniciativa do projeto, cabendo ainda salientar que a matéria é de registro geral civil, seguindo os padrões da cédula de identidade comum, expedida pelo órgão competente do Estado, vale dizer, Instituto de Identificação do Estado do Paraná, que deverá, por sua vez, promover as devidas anotações e registros, ou seja, um órgão da administração pública estadual.

Conclusão

Sendo assim, considerando que a louvável proposição de autoria do nobre Deputado Estadual Delegado Bradock, objetiva estabelecer critérios diferenciados de identificação da Pessoa Portadora de Deficiência e Doença Crônica Permanentes e assim beneficiando-lhe e atendendo a idéia do legislador federal, o parecer submetido ao referendo dos demais nobres colegas, é pela aprovação da proposição.

Sala das Comissões, em 01.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
AILTON ARAÚJO - Relator

Em votação.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Para Discutir)

Esse projeto do Deputado Bradock estamos considerando bastante oportuno, importante, só que houve um equívoco no corpo do projeto, no artigo 2º, onde ele coloca que “...essa lei deve atender no âmbito do Estado de São Paulo...”. Foi um erro de redação e temos que corrigir para a próxima. Estamos ainda na primeira discussão. Então, hoje, em primeira, seria legalidade e constitucionalidade. O projeto é legal, constitucional,

mas merecia já trazer para a próxima Sessão, corrigido o corpo do projeto. Ao invés de “Estado de São Paulo”, “Estado do Paraná”.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Em discussão.

Em votação o Projeto nº 227/2005.

Aprovado.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/2005, que autoriza o Poder Executivo a proceder a permuta de parte ideal do imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, por parte ideal do imóvel pertencente à empresa Hafil Empreendimentos Ltda., com sede nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 044/2005, de 17/05/2005, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 284/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a permuta de parte ideal do imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, por parte ideal do imóvel pertencente à empresa Hafil Empreendimentos Ltda.

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum impedimento constitucional e legal para a aprovação da matéria.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 284/2005, por estar a matéria condicionada a prévia avaliação e de atendimento aos demais procedimentos legais aplicáveis à matéria.

Sala das Comissões, em 01.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1654, de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1660, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1663, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1664 a 1686, de autoria da Deputada Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1669 e 1670, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1671, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 1673, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1674 e 1675, de autoria do Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1676 a 1681, 1691 a 1693, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1682, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1683 e 1684, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1689, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1690, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Esta Presidência quer comunicar que amanhã, às 09h00 da manhã, estará presente no plenarinho da Assembléia Legislativa o Secretário da Fazenda, Heron Arzua prestando conta do quadrimestre.

Explicações Pessoais:

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, assim como V. Exa. comunicou que amanhã pela manhã vai estar o Secretário da Fazenda no plenarinho, nós vamos estar das 12h30 com os representantes do Setor de Farmácia e Manipulação de Curitiba em uma audiência pública, onde vamos discutir com o setor alguns problemas que vêm se agravando no Estado do Paraná.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje nós usamos da tribuna da Assembléia para falarmos sobre alguns gastos que provavelmente vêm ocorrendo na Granja do Cangüiri, onde mais de vinte cavalos de propriedade par-

ticular do Governador Roberto Requião de Mello e Silva são mantidos, tratados com alimentação e o tratamento médico veterinário que é dedicado a esses quadrúpedes que vivem lá pela granja.

Esses animais servem para que o Governador possa cavalgar pela manhã, - em cima dos cavalos - porque em uma parte grande do dia a cavalgada é outra. O Governador trabalha em cima dos paranaenses. Trabalha que eu digo é deixando de atender o grande apelo e reclamo do povo do Paraná que quer ver a solução para o pedágio que foi prometido. "Ou baixa ou acaba". Não deixou nem acabou. Pelo contrário criou-se mais um pedágio entre a lapa e a Araucária, e que custa quatro reais e vinte centavos; vem infernizando o povo e os transportadores que por aquela rodovia passam.

Nós não somos pela extinção total dos pedágios. Queremos um preço justo, e acreditamos que o Governador tivesse uma solução, porque ele, no debate eleitoral, falou com tanta ênfase, que uma grande parcela do povo paranaense acreditou e votou nele! E ele disse que baixava ou acabava com o pedágio, no dia da sua posse ele tinha a solução. E nós, então, queremos perguntar se ele já tomou posse como Governador do Paraná para efetivamente resolver essa questão no Paraná.

Disse também o Governador na campanha eleitoral, que ia fazer os reajustes de salário para o funcionalismo público paranaense, e levou uma grande parcela do funcionalismo a ser enganado com aquela falácia, com aquela promessa, que foi mais uma promessa eleitoreira porque o funcionalismo está com o salário congelado, Governador Roberto Requião de Mello e Silva, e nenhuma solução a curto prazo nós estamos vendo.

Disse também, Exa., que iria acabar com a morosidade e a burocracia no Porto de Paranaguá, e nós estamos vendo no Porto de Paranaguá, que ele acabou, sim, foi com a fila, porque no ano passado tinha uma fila de vinte quilômetros, que ganhou até um prêmio do Guinness Book, que é a maior fila de caminhão do mundo, e este ano não teve fila, porque eles conseguiram, ele e o irmão, o irmão Eduardo, não o outro que é Secretário da Educação, o Maurício, porque a gente faz muita confusão, são tantos Requiões no Governo que confunde a cabeça do povo e a cabeça até das pessoas que representam o povo. Mas ele e o irmão Eduardo este ano acabaram com as filas porque os exportadores do Brasil preferiram exportar por Santos, por Vitória, no Espírito Santo ou por Santa Catarina; fugiram do Porto de Paranaguá.

Fugiram porque a burocracia e a falta de inteligência do irmão Eduardo, Superintendente Eduardo Requião de Mello e Silva, dificultava as exportações e portanto o Porto de Paranaguá se tornou impraticável para uma grande parte dos exportadores brasileiros.

Nós ouvimos também o Governador, durante a campanha eleitoral, dizer que iria recriar o IPE, que iria criar um modelo moderno para o funcionalismo, da ativa e da inativa, os inativos. E o que nós estamos vendo? Já

vai para o terceiro ano de Governo e nada foi feito, e o IPE não foi recriado!

O Governador Roberto Requião, que se acha o homem poderoso para criar, e que muitas vezes se considera acima do bem e do mal, não conseguiu ainda cumprir com sua palavra, a sua palavra de empregos no Paraná. Colocaram aí mais de duzentos, ou trezentos outdoors por Curitiba e pelas cidades paranaenses dizendo que tinha sido gerado quinhentos mil empregos no Paraná. Ora, só se Deus pudesse abençoar e isso fosse verdade! E ainda em baixo colocava lá: “Parabéns, Roberto Requião”. Ele mesmo elogiando a ele. “Parabéns pelos empregos gerados no Paraná.” E isso tudo nós sabemos que foi uma promessa e uma coisa que não se cumpriu e que não vamos ver cumprir aqui na Capital das Araucárias. Não teremos a felicidade de ver o pedágio baixar ou acabar; de ver o Porto de Paranaguá ser eficiente; de ver o IPE recriado; de ver aumentar o salário dos funcionários públicos da ativa e inativos!

Estamos vendo um amontoado de promessas não cumpridas e um Governo que não está preocupado em resgatar a sua palavra, porque agora vai gastar milhões e milhões de reais na mídia para tentar reverter a situação política no Estado do Paraná e com isso tentar ser reeleito Governador dos paranaenses!

Vamos continuar aqui na Assembléia, vamos todo dia que pudermos, cobrar do Governador, para que ele possa cumprir com a sua palavra, com o seu compromisso de campanha. Até agora foi mais uma promessa não cumprida.

Queremos cobrar do Corregedor desta Casa que está com um processo meu pedindo uma CPI contra a minha pessoa! Quem mandou para cá foi o Governador Roberto Requião! Queremos uma solução para esse problema! Queremos que isso venha, o mais rápido possível, para o Plenário, para um esclarecimento.

Faz mais de dez dias que apresentamos a nossa defesa e até agora não vimos o posicionamento do Corregedor, que com certeza, dará uma decisão jurídica capaz de atender aos interesses do Regimento Interno, da Constituição do Estado, enfim, uma coisa que judicialmente esteja estribada, porque a vontade do imperador, do príncipe Roberto Requião de Mello e Silva, S. Exa. o Governador do Paraná, não pode fazer com que um Deputado se sinta acuado ou com medo em função de mandar para cá um requerimento pedindo uma CPI para apurar a nossa responsabilidade, quer seja como Deputado ou como ex-Prefeito de Apucarana ou quem quer que seja.

Vamos fazer um expediente também para solicitar do Governador Roberto Requião que ele explique a esta Casa e ao povo do Paraná quantos parentes tem no Governo do Paraná. Tem apostas correndo no interior do Estado. Gente que aposta que são dez, outros que falam que são sete. Pensa-se em criar um comitê de apostas para poder atender a esses anseios que vêm do interior paranaense.

Estava pensando em criar um bingo estadual para um prêmio a quem acertasse quantos parentes o Governador Roberto Requião tem nomeado no Paraná, porque senão cometeremos muitas injustiças. Alguns falam que são vinte, outros falam que são quinze. Aí a gente se perde”.

Para se falar com clareza e certeza, precisamos aprovar aqui um requerimento para que o Governador Roberto Requião possa, de uma maneira clara e transparente, que é o que o Governador Roberto Requião gosta, inclusive colocou isso no pedido de CPI contra a minha pessoa dizendo: “precisamos ver as coisas claras e transparentes sobre o Deputado José Domingos Scarpellini!”

E o Deputado José Scarpellini agora quer ver as coisas claras e transparentes, também, com relação ao Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Por falar em ver as coisas claras e transparentes, nós precisamos, também, e quero chamar a luta da Deputada Arlete Caramês, ela que luta pelas crianças desaparecidas no Paraná, para que se some comigo, Deputada Arlete Caramês, para que possamos encontrar um desaparecido político; não é uma criança, é um maior de idade. Nós precisamos encontrar esse nosso desaparecido político que não sabemos ou se sabemos, deixamos para lá essa informação se está vivo ou morto. Não sabemos exatamente onde ele está.

É ele, aquele que foi o protagonista do papel de Ferreirinha, precisa ser encontrado. A mãe dele que está lá em Pelotas, no Rio Grande do Sul, aquela velhinha querida, quer encontrar o seu filho e nós precisamos encontrá-lo vivo ou morto, Deputado Pedro Ivo Ilkiv, para que possamos não ter mais no Paraná um desaparecido político.

Eu ouvia falar muito, quando era jovem, quando entrei na política, que precisávamos acabar com essas histórias de desaparecidos políticos e no Paraná temos um que está desaparecido e precisamos encontrá-lo vivo ou morto, porque o Governador Roberto Requião, que ganhou as eleições em 1990, poderá ficar muito feliz se ele continuar desaparecido, mas o povo e a mãe dele vão ficar felizes se ele realmente aparecer, e quem sabe uma informação até o Natal deste ano que vem se começarmos a trabalhar. A anistia internacional pode vir para ajudar e poderemos, então, encontrar esse desaparecido político que está sumido desde 1990, época da eleição.

O que será que aconteceu com ele?

Nós precisamos, Governador Roberto Requião, da sua ajuda, do seu empenho. Eu pedia, outro dia, através da Assembléia, para que a Secretaria da Segurança entrasse...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Seu tempo já se esgotou, Deputado Scarpellini. Para encerrar.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

... nisso e os Deputados aqui votaram maciçamente contra, porque não querem investigação. Por que será que não querem?

Obrigado!

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 089, 131, 184, 227 e 284/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria

PORTARIA Nº 050/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3961, datado de 25 de maio de 2005, deste Poder

R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARYANE BARROS DE OLIVEIRA, matrícula nº 40470 de cento e vinte (120) dias, a partir de 12 de maio de 2005, término 08 de setembro de 2005. CID. 10.082.

Gabinete da Diretoria Geral, 06.06.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral